



Ata nº 6/2022
3 ^a Sessão Extraordinária de 2022 - Mandato 2021-2025
Reunião de 04 de julho de 2022
Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, em cumprimento da
convocatória, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro,
reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Extraordinária, realizada no Auditório do
Museu Municipal, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente,
Isabel Andrez Guerreiro , coadjuvada por Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café e
Sheila Gassin Tomé, respetivamente Primeiro e Segunda Secretária da Mesa

NOMES DOS MEMBROS DA FORÇA POLÍTICA		
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	TORGAT OLITICA	
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista	
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista	
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata	
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA	
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista	
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata	
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista	
João Bárbara	Bloco Esquerda	
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista	
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"	
	(CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)	
Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)	
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata	
Patrícia Ferro	CHEGA	
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista	
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista	
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista	
Américo das Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata	
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"	
	(CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)	
Daniela Marlene da Conceição Duarte	PAN	





Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Luis Custódio	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes –	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	
Ivo Miguel Inácio Carvalho-	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	
José Vitorino da Silva Nunes –	Partido Socialista
Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Pedro Jorge M. Moreira	1 dia	4/7/2022	Cristiano Malha Gregório
PPD/PSD	Natalino António G. Alves	1 dia	4/7/2022	Ricardo Jorge da S. Viana
PPD/PSD	Vítor Manuel Campos Couto	1 dia	4/7/2022	Bruno Miguel L. Candeias
Chega	Paulo Canha	1 dia	4/7/2022	Patrícia Ferro
BE	Miguel da Sousa Mota	1 dia	4/7/2022	João Bárbara

------A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do

Executivo: -----

NOMES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Maria Prazeres Varges Gomes	Presidente – Partido Socialista





Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
	pligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós
Luís Manuel de Carvalho Carito	Cidadãos/Aliança)
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – CHEGA

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: ---
Ana Maria Chapeleiro Fazenda

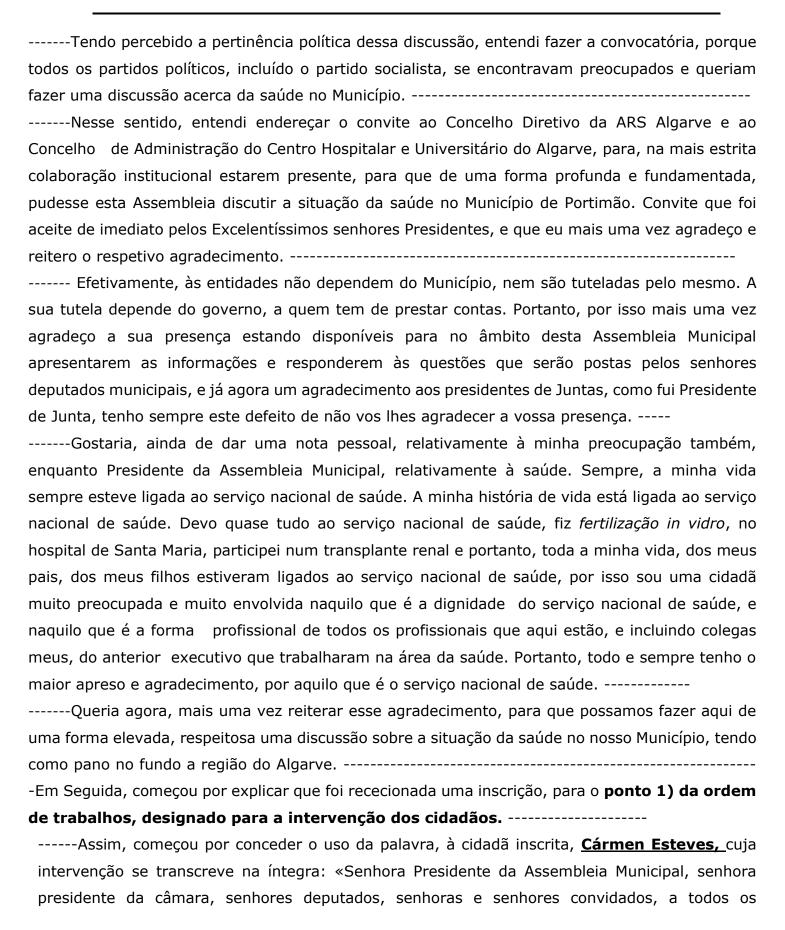
Vereadora – Partido Social Democrata

----- Tendo em conta também a discussão nacional sobre a saúde entendi enquanto Presidente da Assembleia Municipal, no âmbito dos poderes que me são conferidos, pela lei, convocar a Presidente da Assembleia Municipal Extraordinária, alargando ao seu âmbito de discussão, não a centrando não apenas os cuidados hospitalares, mas alargando aos cuidados primários e a descentralização das competências da Administração Central para o perímetro Municipal. -------

discussão política sobre a situação da saúde no Município de Portimão. --------









presentes, boa noite. O meu nome é Cármen Esteves, cidadã da Mexilhoeira Grande, e venho aqui



partilhar convosco um problema que é meu, mas também de todos os que residem nesta Vila.---Lamentavelmente não vou falar sobre o CHUA, quero apresentar a situação em que se encontra o centro de saúde da Mexilhoeira Grande, sendo que os problemas não surgem no CHUA, são um arrastar de problemas que depois se agravam e terminam no hospital. Sou filha da terra, saí da Mexilhoeira, jovem, e há uns anos atrás, tal como outros casais, e voltei à Mexilhoeira Grande onde resolvi ficar com a minha família. Sendo uma vila rural, pacata e dispersa tem uma qualidade de vida e segurança que a cidade não tem. Nessa qualidade de vida incluo um sistema de saúde primário, com as condições necessárias para as consultas e atendimento geral da população. Depois de vivermos uma pandemia, a que nenhum de nós imaginou viver, e vendo a população a crescer, tanto em agregados, como em crianças, é importante e urgente, que o centro de saúde consiga dar resposta aos habitantes. -----------Após 2 anos de consultas online, o nosso centro de saúde ficou sem uma das médicas de família. Ora, se a população cresceu, tal como podemos verificar nos últimos censos, 7,1 %, somos cerca de 4400 indivíduos, é percetível que nem todos têm médico de família, e os que tinham, acompanhados pela Dra. Assunção Barreto, e agora são atendidos por médicos de recurso, à sexta-feira, com apenas 2 consultas de recurso, do dia, e marcações para esse mesmo dia. Ficaram sem assistência: grávidas, bebés, diabéticos e outras doenças crónicas. ------A saúde tem de ser a prioridade de um país. Correr atrás do prejuízo não pode ser a solução. A prevenção e o acompanhamento dos doentes tem de ser a solução para não aumentarem doenças crónicas, e com isso aumentarem os problemas para todos, que muitos deles terminam no CHUA. -----Foram feitas reclamações, e-mails, abaixo-assinados e pedidos de explicações, o que sabemos é que foi aberto um concurso para a colocação de um médico e estamos à espera, porque a todas as outras reclamações, foi nos dito que não fazia sentido a nossa indignação e que estava tudo bem. Existem pessoas com doenças crónicas à espera de operações, alguns casos até lhes sugerem que façam as operações no privado, custando cerca de 15.000 mil euros, e como se todas as pessoas despendessem desse valor, alguns precisam que analisem relatórios médicos e mandam ir ao medico particular, pois não entendem dessa especialidade. As grávidas e bebés têm de marcar consultas no particular para saber se está tudo bem, e lá vai mais uma ida ao particular. Estamos a ser empurrados para esse serviço, e claro que quem tem dinheiro até se vai safando, mas não é justo, e não podemos esperar, pois como todos sabemos a saúde não tem relógio e o tempo não para. Não podemos deixar que só quem tem dinheiro consiga ir a médico e ter o seu problema resolvido. ------





-----Grande parte da população é idosa e vive com reformas que não lhes permite ir ao médico particular, e depois de trabalharem uma vida, não me parece solução gastarem o pouco que tem para tratarem de problemas de saúde. Durante anos tivemos 2 médicos que trabalharam nesta freguesia e terminaram as suas carreiras nesta vila: Dra. Ester coelho e o Dr. Oliveira Santos. Sempre exemplares, e todos lhes louvaram o trabalho e a dedicação à freguesia. Não entendemos qual é a razão de agora ninguém querer preencher esta vaga. --------Pergunto: para quando temos o nosso serviço a funcionar igual para todos? E se nenhum medico concorrer ao lugar, qual é a vossa solução? E até lá, como vão resolver esta situação? --Existem algumas sugestões, por exemplo, se na altura da pandemia, faziam consultas on line, passavam e analisavam exames sem a presença, porque não, para já continuar a fazer esse apoio e serviço de modo a deixar vagas as consultas para quem realmente precisa. Ter de marcar uma consulta para simplesmente pedir um exame, que foi sugerido pelo tal medico da _____ especialidade, não faz sentido. Também podiam encaminhar médicos de especialidades em dias específicos para fazer esse apoio até a situação estar resolvida.-----Convido a visitarem o centro de saúde para perceberem as dificuldades ao vivo, as condições em que os doentes esperam por exemplo as sextas feiras de madrugada, na esperança de serem os primeiros e por vezes as 6h30 da manha já é tarde para as duas consultas do dia. Arrastar este problema e esperar que o concurso seja preenchido pode tornar aquilo que todos achamos que é a qualidade de vida nesta freguesia, passe a ser um pesadelo para quem precisa, e com isso vamos sobrecarregar ainda mais um centro de saúde de Portimão, que também tem os seus utentes e não tem agenda , nem médicos para mais.---------Sugerimos que façam uma análise ao utentes que ficaram sem assistência medica, que analisem os seus problemas de saúde e que vejam há quanto tempo não vão ao médico, para fazer exames de rotina, talvez nessa pesquisa consigam perceber que muitos não o fazem desde a pandemia, ou talvez antes, que muitos tinham doenças que estavam a iniciar os tratamentos e por simplesmente nunca mais trataram. Uns por receio do covid, outros por não terem conseguido consulta, outros deixaram o problema andar. Claro que este trabalho exige esforço da parte dos serviços, mas poderiam perceber melhor a realidade da freguesia. ----------Por último quero dizer-vos que tenho médica de família, por sorte, ainda, que tenho um seguro de saúde para quando preciso usar, mas que também sei que a vida da muitas voltas e que amanha posso não o poder usar ou também posso ficar sem a médica de família. A minha única situação pessoal, foi este ano , quando adotamos uma criança e tentei marcar uma





consulta para o colocar na nossa medica de família, tive de bater o pé e explicar toda a situação, pois não era uma situação normal, pois não tinha o livro do bebe, não tinha as vacinas no sistema, temos todos que admitir que não estamos preparados para o que dizem não ser normal.--------Este pedido não é partidário, nem é uma bandeira de nada, é um alerta para uma situação que não deve ser a única no país, algo esta mal. Um país sem saúde é um país doente e sem futuro. -------A Mexilhoeira Grande é uma vila maravilhosa, em crescimento e não pode ser vítima de burocracias, nem ser deixada para trás. Obrigada» -----------Terminado o período designado para a intervenção dos cidadãos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou abertas as inscrições para o ponto único da ordem de trabalhos: Análise e discussão da situação da saúde no Município de Portimão. ----------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente do CHUA, Ana Filipa Martins Ferreira Varges **Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e em primeiro lugar agradecer o convite. Nós estamos sempre disponíveis para discutir com qualquer dos municípios da região aquilo que é a saúde, ou aquilo que se pode melhorar na área da saúde, e estamos sempre disponíveis para podermos chegar a melhores soluções. Acho que cada vez que nós juntamos mais pessoas, certamente chegaremos a soluções que servirão a todos, porque nós todos somos utentes do SNS e, portanto, não há nenhuma diferença entre todos nós. ----------- Dar-vos se calhar aqui uma nota, até porque o CHUA é uma das instituições carismáticas da região, e dizer-vos que quando nós chegámos cá, portanto há dois anos, e que assumimos as nossas funções, em plena pandemia, o CHUA, era uma instituição que é muito mais do que o hospital de Faro e o hospital de Portimão. ----- Faz parte do CHUA, o hospital de Faro, o hospital de Portimão, o hospital de Lagos, o CMR Sul, a SUB de Vila real de Santo António, a SUB de Albufeira, a SUB de Loulé e a SUB de Lagos. Temos ainda o Serviço de Psiquiatria que é fora da instituição, à entrada de Faro e, portanto, tudo isto que nós estamos a falar, é o CHUA. Portanto, o CHUA é muito mais do que dois hospitais. E aquilo que nós encontrámos há dois anos, foi um centro hospitalar, cujo desinvestimento era muito grande, o desinvestimento nas instalações, o desinvestimento nos equipamentos e obviamente que isto tem repercussão naquilo que é a facilidade ou não, de captar pessoas para ficarem a trabalhar nos locais e, portanto, este era o CHUA que nós encontrámos. ----------- A nossa primeira perspetiva, foi que quereríamos pelo menos melhorar aquilo que era o que nós encontrávamos e a falta de alguns equipamentos e cuidados na região, que para nós como Conselho de Administração eram fundamentais. Mas como toda a gente sabe, estes últimos





dois anos, foram anos de um grande desafio, de um desafio de resposta no que diz respeito à Covid e aquilo que eu penso que deverá deixar toda a região, não é só Portimão, mas toda a região do Algarve até com algum orgulho eu diria, foi a resposta dada à Covid, porque mesmo com as dificuldades de pessoal que nós temos e que sabemos, dificuldade de enfermeiros, dificuldade de assistentes operacionais, de assistentes técnicos, de médicos, que vamos tentando sempre contratar os que vão existindo no mercado, mesmo com todas essas dificuldades, mesmo com toda essa limitação de pessoal que temos, a nossa resposta à população foi mantida. Nós respondemos aos doentes com Covid e continuámos a responder àqueles que não tinham Covid. Permitiu-nos fazer grandes redes para conseguirmos estruturar aquilo que eram os cuidados e o apoio, nomeadamente com o grande apoio da Proteção Civil e dos municípios, dos diferentes municípios. Permitiu-nos ainda ter dos melhores resultados regionais a nível nacional, fomos a melhor região a nível nacional a tratar doentes com patologia grave relacionada com o Covid e, portanto, isto deve-se às nossas equipas, foram os nossos profissionais que conseguiram estes resultados, mesmo com os poucos recursos, mesmo com todas as dificuldades. Isto deve-nos orgulhar bastante, pelo menos a nós como Conselho, orgulha-nos todos os dias. ----------- Para além disso, acho que é notoriamente conhecido a questão do hospital de campanha, que com a ajuda da Proteção Civil do município de Portimão, conseguimos colocar a funcionar em tempo record e sem eles não teria sido também possível, e que deu apoio, não só à região, aliás deu muito mais apoio a fora da região do que à região e por onde passaram cerca de setecentos doentes, e todos estes doentes vieram dos mais variados sítios, de Lisboa, de Setúbal, do Baixo Alentejo, do Alto Alentejo, da Amadora, e a todos tivemos resposta para dar. Portanto, isto muito nos orgulhou, durante a altura que toda a gente estava aflita onde iria ver os doentes e onde iria colocar os doentes, e onde toda a gente esperaria que o Algarve falhasse, o Algarve esteve lá e disse «nós conseguimos resolver este problema», e conseguimos resolver o nosso e o dos outros. ----- Ultrapassado este período mais complexo da Covid, que é na fase em que nos encontramos, havia que resolver os problemas estruturais, aqueles com que nos tínhamos debatido. E então foi preciso fazer o quê? Obras, obras de requalificação, que têm um atraso de mais de vinte anos e estas obras de requalificação que não foram acontecendo na expetativa obviamente de um Hospital Central do Algarve, que é emergente, é emergente, mas nós temos de tratar os doentes com o que temos, com aquilo que viremos a ter, na altura que o tivermos, certamente será fácil de os tratar. Mas eu até o ter, eu tenho de tratar com o que tenho neste momento, e o que tenho neste momento não é suficiente, e se não é suficiente nós vamos ter que intervir e foi isso que decidimos. E decidimos requalificar os Blocos Operatórios, os Serviços de Urgência, estamos a





fazer uma Unidade de AVC e de Cuidados Intermédios de novo e, portanto, estamos a investir em equipamento. ---------- Dizer-vos que o Algarve tem das melhores vias verdes coronárias a nível nacional. Tem técnicas que são ensinadas no Algarve aos médicos de fora da região. ----------- Dizer-vos também que temos uma Via Verde do AVC, que funciona muito bem e que lamentavelmente durante muito tempo não havia um equipamento essencial, que era um angiógrafo, e que nós desde o ano passado, do final do ano passado com o apoio da CCDR, foi possível colocarmos um angiógrafo na região, o que permite que os doentes com AVC da região não tenham que ser transferidos de helicóptero para Lisboa, que era o que acontecia. Muitas vezes chegavam lá já sem janela terapêutica, e neste momento, os doentes com AVC são tratados no Algarve e, portanto, foi mais um avanço daquilo que eram a prestação de cuidados na região. ------- - Está tudo bem? Não, não está tudo bem. Se queremos mais? Muito mais, nem imaginam quão mais nós queremos. Temos muita falta de profissionais de saúde. temos falta de enfermeiros, temos falta de médicos, como disse, mas também tenho falta de assistentes operacionais, e tenho falta deles porquê. Porque aquilo que eu pago é o mesmo, e eu pago o mesmo aqui e em Viseu, e o alojamento aqui e em Viseu não tem nada a ver, o valor. Primeiro, eu aqui tenho muita falta de alojamento para as pessoas, é difícil alugar uma casa no Algarve. Para além de ser difícil, o custo de vida é muito mais caro no Algarve do que é noutra região do país. Também há outras regiões em que o custo de vida é caro, verdade, e daí também a dificuldade de fixar médicos, porque é que não fixam também na capital? É a capital, porque não? Porque é caro, é caro e as pessoas recebem o mesmo e nós não podemos pagar o mesmo em todas as regiões. Se calhar é isto que temos que pensar, mas isto não é uma solução que caiba a qualquer Conselho de Administração, nem a este nem a qualquer outro. A tutela poderá pensar nisso e terá uma oportunidade se calhar de rever como é que podemos incentivar as pessoas a ficarem nestes sítios onde é mais difícil fixar as pessoas. ----- Temos ainda outra coisa que nos preocupa muito, que é a dependência dos prestadores de serviços, toda a gente tem ouvido falar, não é? Os prestadores de serviços são aqueles médicos que não pertencem ao hospital e que nós temos que fazer contratos para garantir determinadas situações, nomeadamente as urgências, e para os quais eu não posso obrigá-los a responder a nada do que aquilo que eles se oferecem a fazer. Portanto, nós pagamos e eles oferecem a sua disponibilidade quando a têm, e se faltarem, eu não posso fazer nada a não ser tentar resolver o problema que eles nos criaram. ------





Bom, apesar de tudo isto, nós temos profissionais muito resilientes e conseguimos
desenvolver novos projetos, que projetos são estes:
Hospitalização Domiciliária na zona do Barlavento e nos lares a nível da região toda do
Algarve
Este é um projeto inovador a nível nacional;
Temos equipas de saúde mental comunitária de adultos e de crianças para toda a região do
Algarve neste momento;
- Temos consulta de desenvolvimento infantil no polo de Portimão;
- Temos um angiógrafo do qual vos falei;
Temos mais cirurgiões pediátricos que têm vindo a intervencionar as crianças também ao
polo de Portimão;
- Temos Cirurgia Vascular na região que não tínhamos;
Temos neste momento o Hospital das Terras do Infante que vai substituir o velhinho Hospital
de Lagos de 1496, com aumento de oferta, nomeadamente voltamos a ter mais bloco operatório,
com mais uma equipa de oftalmologia para responder à região;
Temos tido neste momento resposta a todos os grandes eventos para os quais fomos
convocados, nomeadamente a Fórmula 1, MotoGP e todas as provas que se têm realizado no
autódromo. O CHUA tem sido parceiro, tem estado presente e tem dado todo o apoio, quer em
equipamento, quer em medicação, quer na disponibilidade de ter as equipas necessárias para que
as provas se realizem. Isso também é um requisito para que haja provas, é o apoio hospitalar e
nós estivemos lá e dissemos presente;
- Tivemos ainda também a disponibilidade das epidurais vinte e quatro horas no bloco de partos
no polo de Portimão, desde final de 2021;
Temos ainda o aumento do diagnóstico pré-natal na unidade de Portimão desde 2020. Neste
momento, é possível qualquer mulher que seja referenciada para fazer o seu diagnóstico pré-
natal, fazer uma ecografia em 3D, com a mesma qualidade de um qualquer consultório privado e
levando as imagens consigo
Somos centro de referência para o cancro do reto, desde 2017 e desde há dois anos a sua
coordenação é feita pela equipa do hospital de Portimão
Aumentámos a contratação de enfermeiros, de médicos, de AOS. Dar-vos aqui um ou outro
exemplo para não ser muito maçadora. Em 2012, nós tínhamos cento e doze médicos especialistas
em Portimão e Lagos. Em 2022 temos cento e trinta e nove





----- Em relação à ginecologia, em 2012, tínhamos seis ginecologistas em Portimão e Lagos. Neste momento, temos nove, e em 2012 tínhamos oito pediatras em Portimão e Lagos e neste momento temos doze. É suficiente? Não, mas é um caminho e é o caminho que temos estado a trilhar para conseguir captar médicos. ----------- O que é que vos quero ainda dizer, em relação à questão dos fechos do bloco de partos. O bloco de partos em Portimão infelizmente vocês têm ouvido que tem fechado. Obviamente que não tem a ver com a falta de ginecologistas, tem sim a ver com a falta de pediatras, que as crianças não podem nascer sem um pediatra, como imaginam. Mas dizer-vos também que esta não é uma situação nova, ao contrário do que se tem passado. Em 2019, o bloco de partos fechou noventa vezes. Em 2021, já sob este Conselho de Administração, o bloco de partos fechou quarenta e cinco vezes. É menos, mas ainda são muitas vezes, muitas mais do que aquelas que gostaríamos, e quando o fechamos, estamos todos certos do impacto que isto tem na população, no impacto que isto tem nas nossas doentes, nem que seja numa, nem que seja numa mulher grávida, sabemos o impacto que isso tem. Mas também permitam-me dizer-vos uma coisa aqui neste fórum. Quanto mais nós falarmos dos números, pior nós estamos na região, porque ao falarmos dos números estamos a dizer que temos seis partos num fim-de-semana, e a leitura disto pode ser muito negativa para a região. Portanto, acho que neste momento é altura da gente perceber que se calhar mais do que os números, o importante é a gente lutar por ter mais médicos. Não é a questão do número de partos que acontecem aqui ou acolá que é importante, aquilo que para nós é importante é isto. Mas dar-vos nota também, que ao contrário daquilo que tem sido a demografia a nível nacional, em Portimão, nós nos últimos tempos até temos aumentado ligeiramente aquilo que é o número de partos, obviamente tem a ver com o número de população também migrante que recebemos e que também população mais jovem. Mas dar-vos nota que mantivemos estes números, nunca reduzimos. A unidade de Faro tem reduzido o número de partos, tem a ver também com a população. ---------- Bom, para o futuro. Claro que temos muitos projetos para o futuro. Para o futuro, aquilo que desejaríamos, como todos, obviamente é a construção do Hospital Central do Algarve, e é por isso que nos batemos sempre que nos permitem falar. Mas enquanto isso, temos que garantir que este continua a funcionar e que é o hospital que vai permitir prestar os cuidados à população. Então assim, temos previsto investimentos de mais de guinze milhões de euros, com acesso a fundos europeus obviamente, não do nosso orçamento, como imaginam não temos este dinheiro em orçamento infelizmente para fazer todos os investimentos que precisaríamos, e aqui temos a questão da renovação de ter mais TAC's e ressonâncias nas duas unidades, renovação dos





equipamentos mais simples, como é a questão do ecógrafo. Na região do Algarve, vamos ter um aumento de oferta, nomeadamente com apropriação medicamente assistida a poder ser feita já na região, evitando que as nossas mulheres e as mulheres de toda a região do Alentejo tenham que ir para Lisboa e possam fazê-lo aqui no Algarve, e a proposta do Centro Oncológico do Sul, onde esperamos integrar tudo aquilo que nos falta na região. A Medicina Nuclear, a Radio Oncologia, todos os tratamentos e o diagnóstico dos doentes oncológicos, que possa ser feito na região e darmos resposta não só ao Algarve, mas também à região do Alentejo. Este espaço será um espaço onde os doentes poderão até ficar alojados durante o seu tratamento e é um espaço que se prevê contíguo ao Hospital Central do Algarve. Não o substitui, mas vai ser complementar. Dito isto, há muitos projetos, mas o maior projeto de todos tem sido manter a resposta. Temos tido o novo projeto que lançámos há pouco tempo, o CHUA Mais Proximidade, que começámos e a Câmara pioneira que começou connosco foi Aljezur, em que deslocalizámos as consultas de especialidade, nomeadamente da Medicina Interna, da Pediatria, da Cirurgia Geral e neste momento já dos cuidados paliativos, que vão fazer consultas aos centros de saúde, nomeadamente ao centro de saúde de Aljezur e vão ver as crianças que nasceram no último mês, portanto o pediatra com um enfermeiro vão ver as crianças na unidade móvel na proximidade da casa dos pais e, portanto, este é um projeto que começámos em Aljezur, temos previsto estender para São Bartolomeu de Messines, para Albufeira e para Tavira, e neste momento, é dos projetos que temos começado. ------

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente do Conselho Diretivo da ARS do Algarve **Paulo Morgado**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é com muito gosto e obviamente não é nenhuma obrigação, é algo que gosta de fazer e virá a esta e a outras assembleias municipais sempre que for convidado, para dar contas do trabalho que estão a fazer, porque acha que é importante. Nem sempre aquilo que estamos a fazer tem visibilidade e os





cidadãos têm conhecimento, e que melhor do que as assembleias municipais para, de facto, passar também esta mensagem. ------------ Eu queria fazer um pequeno enquadramento e dizer-vos o seguinte. A realidade do Algarve, o Algarve é uma região digamos com muita dinâmica, e até uma dinâmica populacional e económica, e um crescimento económico que se tem visto e que, queremos acreditar que apesar de todas as conjunturas às vezes desfavoráveis, mas tem evoluído e vai continuar a evoluir e a prova disso é de facto o crescimento populacional. Para terem uma ideia, do ponto de vista daquilo que é a população do Algarve, o número de inscritos que nós temos no SNS no Algarve, temos dados de há poucos dias, mais de quinhentos e vinte e seis mil pessoas inscritas na região. E este número aumentou nos últimos três anos, portanto desde 2019 até 2022, trinta e sete mil pessoas, ou seja, foi como se o Algarve em três anos passasse a ter em vez de dezasseis concelhos, dezassete concelhos, mais um concelho. Isso significa por outro lado, que os cidadãos não têm medo do SNS, querem-se inscrever no SNS e são cada vez mais os cidadãos que, muitos estavam cá já a viver, mas que decidem inscrever-se e querem ter médico de família, querem ter acesso aos cuidados prestados pelo SNS. E queria que tivessem este número presente, porque de facto, isto tem um significado e um significado muito relevante. ----------- Do ponto de vista daquilo que é a assistência digamos do ponto de vista hospitalar, a Dra. Ana Gomes já falou, mas queria-vos transmitir o seguinte. Nós do ponto de vista dos cuidados de saúde primários, temos uma organização, temos um ACES que cobre sete concelhos, estes sete concelhos daqui do Barlavento, Portimão é um deles e temos sete centros de saúde, uns maiores, outros mais pequenos e vinte e três extensões. ---------- Do ponto de vista daquilo que foi o reforço dos recursos humanos que foi feito nos últimos seis anos, o ACES Barlavento passou de um total de quatrocentos e oito funcionários, para quinhentos e vinte e oito funcionários. Portanto, houve um aumento muitíssimo significativo daquilo que são os funcionários, e são de todas as categorias profissionais, desde médicos, enfermeiros, outros, técnicos superiores de saúde, técnicos auxiliares e também técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais, assistentes técnicos, um conjunto muito variado de profissionais que temos vindo a aumentar de forma muito significativa. ----------- Dando apenas digamos aqui alguns exemplos que eu acho que são digamos mais significativos, no que concerne especificamente a Portimão, houve um acréscimo muito notório dos seus profissionais, quer em médicos de MGF, enfermeiros, técnicos de diagnóstico terapêutica. Em termos profissionais de enfermagem, em 2016, tínhamos cento e vinte e sete enfermeiros no ACES e trinta e quatro estavam afetos às unidades funcionais do concelho de Portimão. Neste





momento, existem em Portimão cinquenta e nove, ou seja, passámos de trinta e quatro para cinquenta e nove e para um total de cento e setenta e cinco enfermeiros no ACES. Isto significa que no concelho de Portimão, houve um acréscimo de recursos humanos da ordem dos setenta e três ponto cinco por cento, ou seja, é um acréscimo muito significativo, mais significativo aliás do que aquele que aconteceu no global do ACES. Portanto, em termos de qualidade daquilo que é a prestação de cuidados, portanto isto teve e tem obviamente um reflexo naquilo que consequimos fazer com os nossos utentes. ----------- Também no que tange digamos aos médicos de família, em 2016, tínhamos vinte e seis médicos no concelho de Portimão, médicos de Medicina Geral e Familiar. Entretanto, houve dez que se reformaram, mas, entretanto, conseguimos fixar vinte e dois, e neste momento, temos atualmente trinta e dois médicos de família no concelho de Portimão. ----------- O concelho de Portimão passou do número total de doentes inscritos, de cinquenta e sete mil quinhentos e oitenta e quatro em 2016, para sessenta e quatro mil quinhentos e noventa e cinco em junho deste ano, e o número de utentes com médico de família, passou de quarenta e quatro mil novecentos e catorze para quarenta e nove mil quinhentos e vinte e cinco. Conseguimos dar médico de família a mais cidadãos portimonenses. No entanto, obviamente não conseguimos, ainda estamos longe daquilo que queremos chegar, porque e como também já aqui foi dito, temos alguma dificuldade em fixar médicos no Algarve, não é um problema só do Algarve, é um problema de muitas regiões, também já aqui foi falado na questão de Lisboa, que é um caso paradigmático e que tem a ver com um conjunto de circunstâncias, que estão principalmente relacionadas, digamos é essa a nossa análise, com os custos da habitação e o facto de termos que deslocar pessoas que vivem e têm a sua vida instalada em outras regiões de Portugal. Portanto, isso condiciona de facto também aquilo que é o facto dos médicos se deslocarem para outras regiões e concretamente para o Algarve. ---------- Nós temos previsto um conjunto também de investimentos muito significativos na região, do ponto de vista daquilo que é o PRR. Há um conjunto de investimentos quer nos cuidados de saúde primários, quer nos cuidados continuados integrados, quer na saúde mental, e um conjunto de investimentos que vão acontecer nos próximos anos e uma parte deles também obviamente aqui em Portimão, para requalificar os edifícios quer do centro de saúde de Portimão, que apesar de ser um edifício novo precisa de algumas intervenções, e os outros edifícios que estão e que foram transferidos também ao abrigo da transferência de competências para a Câmara de





----- Há um conjunto de equipamentos que também vamos adquirir, quer para os rastreios do cancro do colo do útero, rastreios do cólon e reto, rastreios da retinopatia diabética, equipamentos de radiologia, equipamentos de análises clínicas, enfim, um conjunto de equipamentos muito variado para equipar as nossas unidades de cuidados primários, para que cada vez mais as pessoas possam resolver noventa por cento dos problemas junto do seu médico de família e no seu centro de saúde, para que o recurso às urgências hospitalares, o recurso à consulta hospitalar se faça de uma forma mais programada e de uma forma mais adequada, porque a realidade demonstra que quando é necessário a intervenção do médico da especialidade hospitalar, ela deve acontecer e precisamos também de aumentar o número de consultas das especialidades hospitalares disponíveis, também estamos a trabalhar nesse aspeto em conjunto com o centro hospitalar, portanto abrindo também mais vagas para as especialidades que temos falta na região. Portanto, neste concurso que está para se decidir nos próximos dias, quer na Medicina Geral e Familiar para os centros de saúde, quer para o hospital, há um conjunto de vagas como há sempre todos os anos, que vamos colocando à consideração dos profissionais, para que eles possam escolher e esse aspeto não deixa de estar presente e paulatinamente temos vindo neste processo de crescimento do SNS e é um caminho para continuar, é um caminho que não se faz de um dia para o outro. Eu percebo que as pessoas gostassem de ver que os problemas se resolviam de um dia para o outro, mas os problemas não se resolvem de um dia para o outro, sobretudo estes que têm a ver com as pessoas e com mobilizarmos pessoas de umas regiões para as outras, porque ninguém tem uma varinha de condão para resolver todos os problemas e nós na saúde também ainda não temos, e é isto. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que começava por fazer uma precisão relativamente àquilo que a senhora Presidente disse inicialmente, é verdade que houve aqui uma questão regimental e é verdade que foi a mesa a agendar esta sessão, mas fê-lo na sequência de um requerimento que foi entregue por outras bancadas, no qual inclui a nossa, pedindo que esta questão fosse debatida. ----- Dito isto, queria também começar por lamentar, isto é uma questão que não tem que ver com os nossos convidados, tem que ver com o funcionamento da Assembleia, que esta sessão não esteja a ser transmitida como deveria ser, para os munícipes que estão lá fora, que têm interesse em ouvir a discussão sobre este assunto tão relevante para todos e que não podem estar aqui, e eu ouvi nos últimos dias várias pessoas perguntar porque é que a Assembleia não é transmitida. Não é, porque o PS não quer. ------





----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado que não está previsto no regimento e sabe muito bem que não está previsto no regimento. Não vale a pena. O regimento está neste momento em revisão, senhor deputado, peço-lhe desculpa... disse que o PS não queria, não é uma questão do PS, é, o regimento da Assembleia Municipal que eu herdei do mandato anterior, não prevê essa prerrogativa. Portanto, estamos a fazer a revisão do regimento para que possa acontecer essa prerrogativa. ----------- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano", e depois desta interrupção, dizia eu, que as pessoas que estão lá fora e que não puderam vir, lamentam que a Assembleia não esteja a ser transmitida. ----------- Depois, relativamente àquilo que foi aqui dito pelos nossos convidados e cujos esclarecimentos agradeço, começava por dizer que é uma obrigação, nomeadamente do Conselho de Administração que está em funções no CHUA, é uma obrigação prestar esclarecimentos às populações e dar conta daquilo que tem sido feito. Portanto, a sessão de hoje enquadra-se no cumprimento dessa obrigação. E depois dizer também que as considerações que farei aqui de seguida, não visam como é evidente ninguém em concreto e muito menos as pessoas que ocupam o cargo nesta altura, nomeadamente na administração do CHUA, mas visam opções de gestão e práticas que, algumas práticas que no nosso entender têm sido menos corretas, e depois diria o seguinte. Da intervenção da senhora Presidente do Conselho de Administração, eu retive que, tudo aquilo que foi feito de bom nos últimos três anos, ou dois anos e meio, foi de uma maneira geral no âmbito do Covid, tudo aquilo que foi feito de mau ou não foi feito, foi devido ao Covid. Infelizmente não será necessariamente assim, porque há muita coisa por fazer, senhora doutora Ana Gomes, algumas referiu aí, há outras que eu queria aqui focar e que penalizam no dia-a-dia as populações, e o que é facto é que as pessoas têm uma sensação sentida e real no dia-a-dia que a prestação de cuidados de saúde no concelho e na região do Barlavento, piorou substancialmente nos últimos anos. É verdade que a resposta ao Covid foi eficaz e foi satisfatória. É verdade que os profissionais de saúde estão de parabéns, a administração do CHUA está de parabéns também, mas infelizmente isso não nos chega, e não chega porque depois no dia-a-dia a resposta que é dada nas urgências, nas consultas, nas cirurgias, piorou drasticamente. Em parte, devido à situação da pandemia, vamos ser honestos, ninguém pode negar isso, é verdade que a pandemia trouxe aqui constrangimentos, mas em parte também por opções que foram sendo tomadas, imagino eu que algumas vindas da tutela, outras do próprio Conselho de Administração e, portanto, quem vai à urgência hoje, senhora Presidente do Conselho de





Administração, quem vai à urgência hoje, depara-se em Portimão com um cenário catastrófico. Eu ainda hoje tive um telefonema de uma pessoa que estava na urgência com uma pulseira laranja, tinha sete horas de espera, há três horas atrás, sete horas de espera para ser vista por um médico. Isto é inconcebível e não é de agora, é uma questão recorrente. ----------- A questão das cirurgias, as consultas de especialidade, as listas de espera, continuam a aumentar e o tempo médio continua a aumentar também. ----------- A questão das carreiras, nomeadamente dos enfermeiros, houve uma greve em maio passado, é uma questão que não depende só do Conselho de Administração, mas continua por resolver, e depois falou aí da Hospitalização Domiciliária, e eu relembrava-lhe senhora Presidente, Portimão tem uma viatura para o serviço de Hospitalização Domiciliária, enquanto Faro tem duas, já foi pedida uma segunda em Portimão. Portimão tem melhores números do que Faro, não há segunda viatura por enquanto em Portimão. Pergunto-lhe quando é que vai ser atribuída. Portanto, há aqui questões que têm que ver com a gestão e eu terminaria esta intervenção, dizendo que é inegável, os números apontam isso, que houve mais investimento e houve mais meios nos últimos dois anos para o SNS. A questão aqui é que, visivelmente por opções de gestão e por uma falta de estratégias, e não sou eu que digo, é o observatório do sistema de saúde em Portugal que diz isso no relatório da primavera, por falta de estratégia no SNS, esses recursos foram mal aplicados e implicaram uma degradação da prestação de cuidados de saúde. Disse. ------ Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **<u>Isabel Andrez</u> Guerreiro**, para dizer que quer dar uma explicação. A senhora Presidente da Câmara Municipal disse-me antes do início dos trabalhos que tinha uma intervenção de quinze minutos, uma entrevista que tem que dar e, portanto, são quinze minutos, mas regressará rapidamente à Assembleia. ---------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira, que começou por cumprimentar todos os presentes, e agradecer também aos convidados, corpo administrativo do CHUA, e dizer que vai logo começar pela sua intervenção. Agradecer de facto a solicitude que a senhora Presidente da Assembleia teve para marcação desta Assembleia Extraordinária, muito pertinente e queria começar por dizer que de facto, na última sessão, houve umas cinco moções, ou quatro moções todas elas respeitantes à saúde, o que mostra que de facto, de uma forma transversal, a oposição estava toda preocupada com este conceito e com esta situação que é muito cara aos portimonenses e a todos nós. Mas, no entanto, depois por quezílias semânticas e ideológicas, por questões de parentalidade, acabámos por a maior parte das bancadas se absterem aqui e ali e eu lamento que





isso tenha acontecido, porque ao fazermos isto, nós estamos a enfraquecer a nossa função da oposição e estamos também de uma forma geral a enfraquecer esta casa que muito nos devia honrar. ----------- Depois, eu tinha aqui um conjunto de questões que eu queria colocar aqui ao executivo, uma vez que já está em vigor a transferência de competências, e era ao executivo que eu tenho estas questões para colocar e depois mais tarde farei uma intervenção mais abrangente. ---------- A primeira questão. Esta Câmara apresentou-se, apreçou-se a receber toda a transferência de competências da parte do governo, incluindo na área da saúde. que competências foram estas concretamente nesta área que estamos aqui a discutir? ----------- Como a Câmara não manifestou qualquer dificuldade, é de presumir que os pacotes financeiros que têm acompanhado estas transferências, têm sido suficientes. É verdade? Onde é que a Câmara tem sentido mais dificuldades nesta área? ----------- De forma recorrente, incluindo nos últimos dias, o hospital de Portimão tem sido notícia de forma negativa, devido à falta de médicos, obstetras e pediatras, levando ao encerramento do bloco de partos e a consequente deslocação de mulheres grávidas para o hospital de Faro, a setenta quilómetros de distância, o que é de uma violência extrema. O que tem feito a Câmara de Portimão incluindo junto do governo, para solucionar esta situação. A situação poderá piorar ainda mais se a maternidade de Faro também encerrar. Ora, tendo as deslocações de ser feitas para o hospital de Beja, como já tem acontecido, se isto voltar a ocorrer, que passos em vidas tem a Câmara, ou pensa a Câmara fazer para mitigar isto. ----------- Como se sabe, a degradação dos serviços de saúde no hospital de Portimão agravou-se exponencialmente durante o governo de PSD e CDS, onde esta unidade hospitalar foi integrada no Centro Hospitalar do Algarve. O Bloco de Esquerda sempre foi contra esta integração e na altura a Presidente da Câmara também tinha a mesma posição, e eu gostaria de saber qual é a posição atual do executivo nesta matéria, e como é que se explica esta mudança de posição, em particular da senhora Presidente durante os governos do PS. Para já é só, muito obrigado, senhora ----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Lourenço** Alves Custódio, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ainda há um bocado ouviu com atenção as primeiras intervenções e achou engraçado falar da qualidade e do investimento que tem sido feito na saúde, quando há relativamente pouco tempo, por acaso precisou de ir a uma consulta no centro de saúde e deparou-se com uma situação que lhe recordou o seu passado, a sua infância. "Por um aspeto foi engraçado recordar a minha infância, mas por





outro fiquei triste de ter de passar duas horas e meia numa fila à chuva à espera de poder marcar uma consulta sem saber se iria ter direito a essa consulta ou não. Portanto, ao fim ao cabo passado praticamente cinquenta anos, eu vi-me cinquenta anos atrás. Achei caricato, isto é uma outra questão. ---------- Outra questão também que eu tenho a pôr, é que hoje estamos a falar de saúde e tudo sobre saúde. E tenho reparado nas sessões de Câmara que tem havido anteriormente, que têm estado presentes elementos da Proteção Civil. Hoje que estamos a falar de saúde, não estão presentes. É engraçado também. Por enquanto é só. Obrigado". ----------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que é o Executivo Municipal que convoca as chefias nas assembleias ordinárias, para que elas possam intervir nos assuntos que estão na ordem do dia relativamente à informação escrita da senhora Presidente, etc. a explicação será essa. Obrigada. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD Carlos Eduardo Gouveia Martins, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que ia começar e ser breve, por dizer uma coisa. Em primeiro lugar, ouvi com toda a atenção e reitero aquilo que já foi dito pela senhora Presidente da Assembleia e creio que o SNS de facto merece a dignidade de todos, e que sente muito o SNS. Corroboro e, acho que todos nesta casa corroboram, sobre essa verdade impoluta que disse. Dizer-lhe também depois, que aquilo que sinto e há bocadinho ouvia até uma bancada e costuma ser assim neste país, é criarmos a questiúncula do pendor ideológico, e ouvi até o Bloco de Esquerda dizer que foi pelo pendor ideológico, passado trinta segundos diziam que a culpa do estado é de um governo PSD/CDS. Mas queria com isto dizer, que aquilo que se vê é precisamente isto, é que nós fazemos questão de puxar a ideologia primeiro e esquecermos que o SNS é uma base sociológica. Quem é profissional de saúde não quer fazer ideia se quem cuida é de direita ou de esquerda, e nós em pleno 2022, continuamos a ter um discurso de 1981 a dizer que o SNS, como se isso fosse uma bandeira de esquerda ou direita. Era só para dar esta nota, mas entendo aguilo que foi dito. ----------- Queria dizer outra nota a título político e que encaixa nesta, antes das questões, e creio que tenho que ser direto e curto, para termos respostas que interessem a quem ouve, que é sobre política e saúde. Eu gosto muito de ambas as coisas, mas dizer a quem faz política neste concelho, a quem está político, o seguinte. Custa-me um pouco que as pessoas que me dizem respeito, sejam amigos, sejam mais que isso, olhem para quem usa da bandeira consoante o governo que está em exercício de funções, faça dos seus locais de trabalho, circos, seja com cordões humanos, sejam com comunicados quando convém, e dar uma nota a quem está aqui do PSD, do PS, do





CDS, todos os outros partidos. Que saibamos aproveitar estes momentos, para perguntar coisas que digam respeito a todos, aos portimonenses e sobretudo por falar em dignidade, à dignidade dos médicos, dos enfermeiros e de quem trabalha que ao final do dia não quer saber e cada vez menos de quem faz política, porque a gente basicamente ano após ano, usamos quem é profissional de saúde, quando nos convém, e nessa matéria dizer que, e agradecer ao CHUA, ao Conselho de Administração, porque sempre que o PSD pediu uma reunião, que quando o PSD pediu reuniões, prontamente foram aceites, discutimos e também dar uma nota a todos os demais. Quando o fizemos, o que lá falámos não veio cá para fora. Era uma nota que queria dizer e o governo é de outra cor, a Câmara é de outra cor, mas há outras pessoas que quando o fazem, têm tendência a meter cá fora, às vezes porque até convém. Eram estas notas que queria deixar. ----- Agora, dizer que ouvi com toda a atenção e não vou repetir tudo, as preocupações da senhora Presidente do Conselho de Administração do CHUA, sobre a fixação de médicos e sobre os problemas e problemáticas que existe na região, seja de habitação, seja do custo de vida mais caro e nós todos conhecemos essas matérias e, portanto, queria dizer que eu olho para o que é público e oficial e digo. Há três dias atrás, a Presidente da Câmara Municipal de Portimão, e peço que tenha atenção senhor Vice-Presidente, Presidente em exercício, disse que Portimão tem um apartamento para receber e que está na disposição de ter dois apartamentos para pediatras que cá tenham. Entretanto, fiz uma ligeira pesquisa e uma pessoa diz, «porreiro, 2022 estão articulados com o CHUA e a ARS», é o que diz na nota, e, entretanto, vejo a 9 de junho de 2019, a mesma Presidente de Câmara a dizer, agora temos um apartamento e mais a possibilidade de dois para resolver. Aquilo que eu sinto e questionava o executivo, porque isto é uma matéria que devemos intercalar, isto não é para questionar a gestão do CHUA, isto é para questionar politicamente como é que as três entidades conseguem convergir e resolver problemas. Como é que as três entidades nos últimos três anos ficaram iguais, portanto perguntar qual foi o aumento que tiveram de critério para a diferenciação positiva que o município diz que deve existir, concordo, não discuto, mas perguntava que mais novidades existem nesta matéria, porque em três anos fizeram dois comunicados iguais sobre esta matéria e, portanto, perguntar aquilo que existe. -----

----- Uma segunda nota, e porque ouvi uma intervenção do público sobre proximidade e para questionar também a ARS e até apontei aqui para ver as datas, ao senhor Dr. Paulo Morgado, eu ouvi-o falar, portanto do CHUA com mais proximidade, e começou no município de Aljezur. No mandato anterior, houve a inauguração da unidade de saúde móvel de proximidade de Portimão. Foram do PO, do CRESC 2020 Algarve, setenta e cinco mil euros, com mais quinze mil euros de





Portimão, em que à exceção do Presidente da Assembleia Municipal, os demais até estiveram presentes nessa inauguração e que diziam que vinha dar precisamente resposta, sendo «um centro de saúde de quatro rotas», citando Paulo Morgado, que vinha dar resposta à Mexilhoeira e Alvor. Eu perguntava diretamente, depois da primeira questão para ser claro sobre habitação, fixação, o que é que está a ser feito pelas três entidades. ---------- A segunda, é uma pergunta do público e perguntava, qual é o paradeiro, ou qual é o estado, ou qual é a influência que teve desde os últimos três anos, este centro de saúde de quatro rodas, e de que forma poderia dar resposta às freguesias mais distantes do nosso centro de concelho. Para já, disse. ----------- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN Daniela Marlene da Conceição Duarte, que começou por cumprimentar todos os presentes e explicar que o estado de saúde do município, tal como nos restantes municípios do Algarve e do país, apresenta-se em sentido descendente, mas irão focar-se no município de Portimão. ----------- O PAN Portimão encontra-se solidário com a população portimonense e com todos os profissionais de saúde do SNS da nossa região. As suas preocupações e anseios em virtude das mais recentes notícias nos meios de comunicação social, porém, estes problemas não são novos. É por demais evidente e claro, seja pelos fechos sucessivos das urgências da maternidade do hospital de Portimão, pelos tempos de espera para consultas de especialidade no hospital de Portimão e Faro, considerando da inexistência de algumas especialidades no hospital de Portimão, obriga à deslocação a Faro, pela insuficiência dos médicos de família que abranjam todos os munícipes, obrigando os portimonenses a deslocarem-se antes das sete da manhã para a porta do centro de saúde para tentar uma consulta para serem vistos pelos profissionais de saúde, problemas na saúde em Portimão que não se cingem apenas à falta de profissionais de saúde, ainda que sejam insuficientes os que cá estão. ---------- É urgente a definição de uma política integrada de saúde, onde a promoção para a saúde e a prevenção da doença tenham um papel preponderante, trazendo benefícios à população em geral e ao aspeto financeiro consequentemente, com a atração de profissionais, bem como as melhorias de condições de trabalho para estes. ---------- A solução milagrosa não é apenas o Hospital Central de Portimão, aliás, o Hospital Central do Algarve, pois este para ter uma infraestrutura sem uma política totalmente definida, de pouco irá melhorar as condições existentes, mas sim reduzir os recursos humanos já escassos. ----------- Enquanto município, podemos apresentar e fornecer ferramentas que potenciam as condições para tornar mais atrativo a vivência destes profissionais de saúde, seja através como





foi falado, da habitação, benefícios, outros, mas sem uma política integrada, de pouco irá resultar tais incentivos. Desta forma então questionamos os membros aqui presentes, qual a política a médio a longo prazo para a saúde no Algarve, em particular no município de Portimão, qual a política a curto prazo que pretendem implementar, com vista à fixação de profissionais de saúde na região, quais as necessidades reais de recursos humanos que estimam existir no hospital de Portimão e dos centros de saúde, com vista a suprimir as atuais carências, que alternativas existem na região que possam complementar, ainda que temporariamente as carências imediatas na saúde, qual a taxa de cobertura de médicos de família atual no município de Portimão, e quais as expetativas para aumentar essa taxa? Encontra-se assegurada a manutenção das urgências pediátrica, geral, psiguiatria e de maternidade para os próximos meses, tendo em conta o aumento exponencial da população em virtude do turismo? Para já, disse. ------------ Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa **Vales Melo Nogueira**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que esteve atenta às explicações que foram dadas pela administração do CHUA e também pelo senhor Presidente da ARS, gostaria de perguntar, se há ou não há falta de especialistas no Algarve. Se houve concursos em que as vagas não foram preenchidas. Em resposta afirmativa, gostaríamos de saber o porquê disto, se pensam que é só por uma questão habitacional, ou se não existem outras razões que levam a que os médicos não se fixem agui no Algarve. Gostaríamos até de perguntar, qual é a justificação então até que dão, para os médicos especialistas estarem a ir para o privado, e a debandada a nível nacional que pela primeira vez se assiste, de médicos para o estrangeiro. ---------- Também gostaria aqui de perguntar, quais são no fundo as listas de espera nas consultas e nas cirurgias, se é ou não por falta de especialistas, gostaria também de aproveitar para perguntar sobre o plano de vacinação, se está já delineado, logo programado para assegurar a vacinação da gripe e do Covid, e se vão ser ou não delineadas, como nós sabemos que estão as novas vacinas para as novas variantes, se já estão ou não estão a ser disponibilizadas. ----------- Queria fazer outra pergunta que é uma questão aqui ao CHUA, se tem a funcionar o Serviço de Radioterapia para tratamento de doentes oncológicos, em que condições está o serviço a funcionar, se se confirma a abertura do concurso público internacional para a contratualização de serviços de Radioterapia e de Radio cirurgia e PET TAC, se já está, em que fase se encontra o concurso, que pressupostos e que requisitos foram exigidos, que decisões já foram tomadas, e também gostaríamos de saber se é verdade as notícias, que existem doentes a serem





encaminhados para tratamento de Radioterapia para fora do território nacional, doentes oncológicos do Algarve. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS José Manuel Figueiredo Santos, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que os demais elementos presentes, de facto merecem a todos os títulos, que façam um acolhimento especial, que lhes deem as boasvindas. Porquanto esse nosso agradecimento tem a ver, sobretudo com o facto de denodadamente virem aqui junto de nós e fazerem-se ouvir numa matéria que é polémica, obviamente, e que ao fim ao cabo é objeto da preocupação de todos nós. Eu peço imensa desculpa por estar a falar sentado, mas realmente este espaço não é o mais aconselhável em matéria de comodidade, em todo o caso procurarei dar o meu melhor, tendo tomado aqui algumas notas para que não me disperse, mas permitam-nos obviamente que façamos aqui juros dos problemas que geram no fundo perplexidade e angústia nesta sub-região que o Serviço Nacional de Saúde serve, e nós queríamos de facto ir diretos ao assunto que aqui nos traz hoje, e expressarmos sobretudo as nossas interrogações, cientes de que os senhores melhor do que ninguém, compreenderão a natureza das nossas preocupações. ----------- Nós não sendo especialistas, aliás como a Dra. Ana bem o referiu, sobre o eixo do consumo e aí somos todos cidadãos e consequentemente somos todos cidadãos sujeitos de facto a medidas de doença, não é, se até agui falaram de saúde, nós deveríamos realmente era falar de doença, não é? Mas verdadeiramente do nosso ponto de vista, esta matéria é uma questão de cidadania e é só nesse sentido que realmente nós vos interpelamos. ---------- Considerandos à parte, ao acompanharmos estas preocupações no direito à saúde, como um bem essencial, e penso que todos nós estamos sensíveis e de acordo relativamente àqueles que são os benefícios advindos do Serviço Nacional de Saúde, e é necessário que registemos isto, é que de facto desde a redução da mortalidade infantil ao acréscimo da esperança de vida, tudo, nós devemos isso justamente ao Serviço Nacional de Saúde. Não obviamente alinhando aqui por questões de experiências pessoais ao nível da saúde, porque verdadeiramente o que nos interessa aqui é representar os cidadãos que nos elegeram. Há perplexidades que nós aqui partilhamos e que no fundo têm a ver com aspetos positivos e obviamente não tão confortáveis, mas verdadeiramente eu gostaria de realçar antes de mais acima de tudo, porque também nos parece que é justo que assim o façamos independentemente das cores políticas partidárias, mas é justo realçar aqui algum contentamento, ao saber da publicação em Diário da República de 27 de junho, que o governo vai diligenciar procedimentos para a construção do novo hospital central. Penso que a esse respeito a região estará de parabéns e nós desejamos vivamente e fazemos toda a





força para que de facto tem toda a oportunidade, teremos toda a força para que isto seja um desidrato regional. Mas a nossa insegurança obviamente que não finda aqui, pela circunstância de termos um hipotético equipamento à vista. ----- Nós sabemos bem que o mundo da saúde, não só o mundo da saúde, mas o mundo da saúde que é o que está aqui em pauta na nossa discussão, ele mudou radicalmente. E ele mudou radicalmente, quer ao nível do avanço da medicina, das biociências, das engenharias, das tecnologias, etc., portanto, e, sobretudo verifica-se que face às melhores condições de vida e à mobilidade dos indivíduos na sociedade contemporânea, há ambições profissionais que estão obviamente mais internacionalizadas, e enfim, dizem respeito a todos nós e naturalmente também aos profissionais de saúde. ----------- Bem, neste cenário, o governo anterior lançou mais concursos e mais dinheiro, mas não parece que tenha tido, ou não tenha debelado convenientemente a crise. Por força disso, não falta quem atribua o problema, ou confira centralidade a uma falta de boa gestão, desde as unidades de saúde até ao próprio Ministério da Saúde. Portanto, neste contexto, nós atrevíamo-nos a colocar uma questão muito particular, muito singular, que é esta. Que perceção é que os senhores têm deste problema. Seria muito fácil nós virmos para aqui acusar todo este estendal de serviços de má gestão, e não os ouvirmos previamente quanto às razões que aduzem neste domínio, neste campo. Portanto, nós estamos aqui um pouco no alto das questões de ordem socioprofissional ainda. Porque é que nós permanecemos com um Serviço Nacional de Saúde cada vez menos atrativo. Penso que há que reconhecer isto, não é? Estou a falar obviamente em termos globais, não estou a abordar a questão em termos regionais, porque é óbvio que, para qualquer cidadão minimamente esclarecido, esta questão não é uma questão regional, é uma questão que tem obviamente uma dimensão nacional e consequentemente, portanto não caberá a esta administração no seu conjunto, resolver este problema, mas que sensibilidade é que os senhores têm nesta matéria, e é importante que percebamos isso. ---------- Nós hoje vivemos num círculo absolutamente vicioso, que é acelerado pela perda de condições profissionais, agudiza-se a escassez, enfim, com maiores números de vagas por preencher, isto por sua vez causará o que nós supomos, um maior esgotamento dos serviços, afastando ainda mais os bons profissionais, designadamente os jovens mais ambiciosos, supomos que é assim. ---------- Fazendo um pequeno parêntese, nós diríamos que em 27-11-2008, a Presidente da Administração do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, na altura Ana Paula Gonçalves, avançava com a afirmação de que, cito, «se não criarmos condições atrativas, daqui a vinte anos





não teremos ninguém no Serviço Nacional de Saúde». Nós pensamos que os senhores estão a viver este dilema e acreditamos piamente na bondade das vossas preocupações nesta matéria e estamos cientes que tudo farão, no sentido de cativar quadros justamente para a saúde na região. Mas valia a pena questionarmos o que é que foi feito desde então nesta caminhada de sentido de conceção de um modelo alterativo desta situação. ----------- É certo que a pandemia a todos absorveu, mas absorveu profissionais, gestores, políticos, cidadãos, mas deixando este contratempo de ser objeto da nossa compreensão que não deixará, a verdade é que é urgente a reforma do Serviço Nacional de Saúde, porque há questões que se abrem e que nós esperamos que possam ser assertivas e que ajudem nesta discussão. Nós questionamos, regressando agora ao domínio socioprofissional. Perante a possibilidade da autonomia contratual dos indivíduos, enfim, da vossa parte, que é uma das saídas afloradas pelo atual governo suponha-se se não estou em engano, porquanto a turbulência da comunicação social é muita, a gente às vezes não sabe se estamos perante Fake News ou não, nós questionamos do que é que ela irá servir se for o caso, se persistir a imoralidade na laboração de profissionais de saúde disponibilizados, de forma efêmera, por empresas privadas, enfim, quadros funcionalmente descoordenados e com regimes de remuneração fragmentários. Se a utilização do trabalho em regime de prestação de serviços tem como função resolver situações inesperadas e de falta de oferta, ou excesso de procura, ela não deveria ser meramente pontual? É uma questão que se nos coloca. ----------- Parece-nos que necessidades permanentes, deveriam ser resolvidas com recursos permanentes, mas tal poderá efetivamente não estar a acontecer, ou seja, nós tememos imenso que este fenómeno se esteja a agudizar, que ganhe amplitude e que ao fim ao cabo, o que era exceção, acabará a breve trecho por ser regra e estas questões são indiferentes, pelo menos na nossa perspetiva e não queremos obviamente integrá-las na discussão público privado. Não é isso verdadeiramente que está em causa, estamos aqui a pensar obviamente na agregação de serviços que parecer-nos-á, mas gostaríamos de vos ouvir nesse domínio, se têm efetivamente necessidades permanentes ou não, e consequentemente, portanto, qual é a vossa posição quanto a isso. ----------- Eu diria para finalizar por ora, não é, para não me tornar cansativo, gostaria de colocar uma outra questão que é esta. Se na função pública nós não podemos penalizar quem trabalha mal, o pior é que não se pode premiar quem trabalha bem. Isto é uma afirmação que vale o que vale, e eu questiono, quem é que hoje admite uma componente de mérito na progressão das carreiras.

Os senhores admitem-no? Ou seja, são questões que a nosso ver têm a pertinência, não têm em





cima um julgo partidário, a saúde diz respeito a todos nós e naturalmente que o modelo ótimo do Serviço Nacional de Saúde estará por vir, mas vale a pena que efetivamente dediquemos realmente as nossas preocupações a este tipo de questionamentos, porque de um modo geral quem gere e é o vosso caso, e se calhar muitos de nós enfim, não seria possível estarmos no vosso lugar, com as responsabilidades e preocupações que têm, mas quem gere, é ou não sensível a este tipo de questões, por força muitas vezes de ter que apresentar o seu trabalho à cabeça, isto é, quem administra, tende sempre naturalmente a privilegiar aquilo que fez de bom, mas nós não estamos também aqui digamos a isentar esse privilégio, naturalmente que sim, e não nos custa, em bom rigor, não nos custa analisar positivamente o trabalho que têm feito e naturalmente parabenizar-vos por isso. Agora, isso de facto, de todo em todo, não vai obliterar as nossas preocupações, e seria bom, enfim, desmontarmos um pouco aquilo que fizemos, para no fundo refletirmos em conjunto o que não estamos a fazer, o que não é possível fazer, o que seria desejável fazer e, portanto, é este o sentido construtivo que o PS quer dar a esta discussão, como sempre o fez em discussões anteriores a este nível. Muito obrigado pela atenção, muito obrigado, senhora Presidente.

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, eu à bocado esqueci-me de fazer uma pergunta, peço perdão. É que a nível nacional há uma especialidade que é de grande predomínio feminino, que é a Pediatria e a Obstetrícia, todos nós sabemos que um interno em fase fértil, que é o caso das médicas em razão da idade, muitas das vezes recorre a baixa justa e que uma gestação implica normalmente um ano fora do serviço. A pergunta é, quando se faz o planeamento, tem-se em atenção estes fatores. ----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal de Portimão **Isilda** Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que em primeiro lugar, quer pedir desculpa por se ter ausentado durante um pequeno período, mas a verdade é que tinha ficado agendado e já há algum tempo, um debate curto sobre transferência de competências, e também sobre a descentralização e sobretudo sobre a regionalização. Isto foi agora em direto na RTP e, portanto, tive que sair daqui por um instante. Mas penso que houve aqui algumas perguntas às quais eu terei todo o gosto em responder. --------- Transferência de competências. A transferência de competências, naquilo que é a nossa perspetiva, tem sido extraordinariamente benéfica, sobretudo para os cidadãos, porque é para eles que nós temos que trabalhar. Não é nem para a ARS, nem para a Câmara, nem para os deputados municipais, que também são cidadãos, nós também somos cidadãos. Obviamente trabalhamos para todos, mas sobretudo para aqueles que mais precisam do nosso apoio e,





portanto, nós temos uma Comissão de Acompanhamento, que tem funcionado muitíssimo bem na área da saúde, aliás, eu devo dizer que a Dra. Leonor Bota, ainda na última reunião, agradeceu imenso o facto de termos aceite a transferência de competências, porque de facto nós temos feito coisas além daquilo que é a nossa obrigação, e que consta de facto da transferência de competências. Por isso às vezes, os autarcas dizem que gastamos mais, gastamos. Mas gastamos mais porque queremos também, porque queremos prestar um melhor serviço e o Dr. Paulo Morgado lembra-se perfeitamente que não havia uma sala de recobro, aquela sala onde as pessoas tinham que esperar quando eram vacinadas e nós, a Câmara, construiu imediatamente uma sala de espera para os cidadãos que tinham que esperar aqueles minutos, quinze minutos ou vinte minutos depois de serem vacinados. Portanto, tem funcionado muitíssimo bem. ----------- Quanto à verba que é transferida. Eu vou dizer-lhes que relativamente à manutenção dos edifícios, a saúde apresentou sempre uma proposta muito consolidada, portanto que é por metro quadrado, e aliás era isso também que nós lutávamos que fosse na educação e acabou por ser, portanto seguiu o mesmo caminho. Naturalmente que esta Comissão de Acompanhamento tem uma função, que é chegar ao final do ano, ver as contas e ver se a Câmara gastou mais ou menos de que aquilo que nos foi transferido e, portanto, no final do ano será feito o apuramento e apresentaremos as contas à ARS, e se nos faltar dinheiro, vai ter que nos transferir, se sobrar dinheiro, não sei se lho devolvo! Pronto, temos que pensar nisso duas vezes. Portanto, tem sido este trabalho e de facto tem sido muito bom, encorajador mesmo e eu tenho usado muitas vezes o exemplo de Portimão para muitos colegas, até do Partido Socialista obviamente, porque não, que têm algumas dúvidas sobre a descentralização. E o que se passa na área da saúde passa-se na área da educação, aliás, eu já tive oportunidade creio eu de dar essa informação aqui, que no primeiro ano, foi-nos transferida verba a menos na área da educação. Apresentámos as contas e essa verba que nos faltava, foi transferida. Neste momento, perante a negociação que está a haver com o governo, nomeadamente com a senhora Ministra Ana Abrunhosa, já vem mais dinheiro para as refeições, para as escolas também, as escolas já foram classificadas em três grupos, as mais velhas, as médias e as mais novas. Sendo que as mais antigas como por exemplo a nossa escola Manuel Teixeira Gomes, vai ser recuperada por conta do ministério, portanto vai ser candidatada pelo ministério. Pronto, portanto, fica aqui esta informação sobre o que se passa na transferência de competências. ----------- Depois, relativamente à falta de médicos, obviamente que nós não podemos contratar

27

médicos, estamos impedidas de o fazer. Agora, nós temos políticas de atratividade para os médicos e nomeadamente, nós temos dois apartamentos neste momento a funcionar na casa da





Proteção Civil, temos mais uma casa na baixa para receber estagiários, portanto temos três neste momento já, e estamos à espera que nos entreguem os quatro apartamentos que são do Ministério da Justiça e que vêm agora no pacote da transferência de competências, que é ali no imóvel da 25 de Abril, que era dos magistrados, eram as casas dos magistrados que a Câmara cedeu ao Ministério da Justiça, e agora estamos nós à espera que o Ministério da Justiça nos devolva as casas, porque precisamos delas. Devo dizer-vos que provavelmente os quatro apartamentos irão ficar mesmo para médicos, para ver se fixamos médicos em Portimão. Os apartamentos não são maus, são T3, portanto penso que não ficam mal alojados. ---------- Depois, naturalmente que foi colocada aqui uma questão das minhas posições dúbias, e eu quero dizer aqui que não há nenhuma dúvida, não sei quem é que colocou a questão. No dia em que este Conselho de Administração ou outro qualquer que esteja ao serviço do CHUA me disser que vai encerrar o bloco de partos ou outro serviço, nesse dia eu serei a primeira a estar à frente de uma manifestação. Mas isso que não haja dúvidas para ninguém! É que uma coisa é dizer, sim senhor vamos encerrar, vamos colocar as mulheres todas que estão já no final da gravidez na casa das parideiras, que era como nós lhe chamávamos, que era um apartamento em Faro, encerrava aqui em Portimão e, portanto, iam todas para faro, todas e, portanto, isso era uma posição política, foi tomada na altura em que inclusivamente houve a fusão do hospital de Portimão com o hospital de Faro, foi guando foi constituído o CHUA, e aí sim, eu apareci na frente e continuarei a aparecer na linha da frente se algum Conselho de Administração ousar dizer que vai encerrar em definitivo um serviço. Obviamente que infelizmente e lamentavelmente este problema que nós estamos aqui a passar, e isto não me cabe a mim fazer a defesa de ninguém, não é só de Portimão, porque se fosse só de Portimão ou do Algarve, era fácil resolver. Infelizmente ainda no telejornal eu ouvi uma série de distritos e uma série de hospitais com os mesmos problemas que nós estamos a passar. Obviamente haja bom senso do governo para ultrapassar estas questões, que é isso que todos nós esperamos. Muito obrigada, senhora ----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD Carlos Eduardo Gouveia Martins, para dar uma ou duas notas à senhora Presidente de Câmara e deixar-lhe uma questão, mantendo o registo de ser breve e tentar fazer questões. ---------- A primeira, é que de facto, regozijo-me por ver que entre 2019 e 2022, há uma novidade na questão dos quartos, das casas que falou. Esperava que fosse mais além e explicasse qual a estratégia conjunta com a ARS e o CHUA, para a real fixação, porque benefícios positivos não é só casa, há muitas outras matérias adjacentes a essa matéria e que também o CHUA pudesse





falar de aberturas de concursos e do ponto de situação que tem do que tem vindo a público, mas, portanto, dizer que me regozijo. Dar-lhe uma nota pessoal e não é como quem está na política, é como quem vê pessoas da saúde falarem dos políticos, não levar para a frente a manifestação, eles não querem lá políticos a fazer política da saúde. Portanto, não esteja lá, porque esse é um grande erro que todos cometemos a certa altura, é querermos ir para o local de trabalho dos outros fazer coisas que não há lá, não devemos fazer. E sobre, disse que esteve na RTP a falar da regionalização e descentralização de competências, uma matéria sensível, e ouvi-a dizer e da Comissão de Acompanhamento com a Dra. Leonor Bota, e naturalmente que desconhecendo, subscrevo aquilo que disse e fico satisfeito com o que disse, mas questionar-lhe abertamente que o fórum é este e se possível, também à ARS, que tem também algo a dizer nessa matéria, que é, mas palpável. Eu ouvi-a dizer, fizemos, mas palpável. Para quem é profissional de saúde, com a descentralização de competências para a sua dignidade e reiterando, há pouco ouvi a bancada do Partido Socialista dizer coisas que subscrevo na íntegra, isto não há PSD e PS. Gostava de ouvir algo palpável, o que é que efetivamente há de novo, porque nós podemos dizer, Portugal é conhecido pelas comissões de estudo, pelos inquéritos, as pessoas nunca sabem no que se conclui e, portanto, pedia-lhe duas, três coisas palpáveis para sabermos e ficar em ata da reunião, e dizer há pouco que ouvia o SNS não é atrativo, concordo, para isto não parecer ideológico, concordo muito com aquilo que disse, afasta jovens médicos que têm ambição e que têm capacidade. Concordo com o que o Partido Socialista disse, não estou aqui para fazer ideologia, mas pedia-lhe que dissesse algo concreto. ------

----- Depois, tinha uma outra questão à ARS, há pouco deixei uma que ainda está pendente, mas ouvi a nível do aumento dos MGF, dos médicos de família, mas dar uma nota que é muito significativa quando falamos desta matéria. Nós falamos muito da árvore e pensamos que o resto das pessoas não veem a floresta. O Algarve, segundo dados do Censos e se eu recuar a 81 até 2021, é uma região que cresceu trinta e cinco por cento em habitantes. O país cresceu cinco por cento neste período. Portimão em 2021, comparativamente aos dados que foi aqui neste intervalo de tempo, cresceu quatro mil duzentas e oitenta e duas pessoas, crescemos onze por cento em número de utentes, e eu perguntava objetivamente e sendo direto, se o aumento de médicos que ouvi e de todos esses, correspondem e dão resposta ao aumento populacional que temos, será positivo, se nós tínhamos dois para dez pessoas e de repente não temos dois temos três, mas se forem para quarenta pessoas... se calhar era bom que justificássemos isso e não estou a dizer que não cumprem, eu acho que cumprem os rácios, até. Repito, não estou aqui, era bom é





----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira, para dizer que vai começar por 2013. E eu compreendo que a minha intervenção tenha gerado algum prurido pela bancada do PSD, mas quando eu disse que de facto que foi o executivo do PSD/CDS que iniciou o movimento de fusão dos hospitais, não é uma questiúncula ideológica, é factual, e falar-se que na altura já estávamos a viver uma degradação do sistema nacional de saúde também não é uma questiúncula ideológica, é factual. Porque efetivamente foi o Dr. Passos Coelho que iniciou este movimento, na altura chamado de Centro Hospitalar do Algarve, foi ele que iniciou este movimento. Portanto, questiúnculas à parte, em 2013, o que mudou, foi que em 2013, a senhora Presidente fez e interpôs uma providência cautelar, para parar ou limitar esta fusão e a transferência de competências. Em 2013, foram criados cordões humanitários, em 2013, a coberto da tal degradação que se vivia no sistema nacional de saúde, foi feita uma Assembleia Extraordinária na altura, bastante tensa, para o então Dr. Pedro Nunes, que era quem administrava o hospital de Portimão. Portanto, e, em 2015, deuse a mudança do executivo do governo. O Dr. Passos Coelho cessou as suas funções e entrou em atividade o Dr. António Costa. Contudo, esta fusão foi para a frente, já não era o Centro Hospitalar do Algarve, mas era o Centro Universitário, continuou a fusão e apesar da mudança governativa, a fusão foi para a frente e foi um desastre, e está aqui à vista o desastre, acho que também não é uma questão que é ideológica, é factual, de facto aquilo que vivemos hoje, porquê. Não foi previsto de facto e/ou definido qualquer estudo de viabilidade, nem impacto na saúde da região, não existe vontade política para estudar e reverter caso seja essa a melhor opção, esta função, claro, continuamos a assistir ao subfinanciamento crónico dos hospitais, é verdade que aumentámos o investimento, mas estamos sempre sobre financiados, isto também não é uma questiúncula ideológica, é factual, continuamos a verificar que existem na região centros de saúde e hospitais de costas voltadas, como ainda se verificou há um bocado com a intervenção do público, temos um hospital central que de central tem muito pouco, ou nada mesmo e é um equipamento que é limitado para as necessidades da afluência e da geografia que tem, que é uma região com uma extensão demasiado grande para um hospital desta envergadura. De facto, temos o caos instalado na saúde do Algarve. Como disse a senhora Presidente e muito bem, isto é uma questão que não é transversal ao Algarve, era melhor que fosse, mas quer dizer, nós como algarvios que somos, não estamos aqui a debater aqui a questão da nossa casa, que eu acho que é isso. E em novembro do ano passado, nós tivemos, e eu tive o privilégio e o Bloco de Esquerda





teve oportunidade de reunir com a administradora do CHUA, Dra. Ana Nunes, creio eu, desculpe se estiver aqui a atropelar o seu nome, na altura com a Catarina Nuno Martins e o João Vasconcelos e eu também, em que eu gostei muito da reunião, eu confesso, porque havia ali uma estratégia delineada, havia ali um conjunto de equipamentos que estavam a ser estruturados, estavam a ser pensados, mas pouco mais de seis meses a esta parte e vimos o hospital de portas fechadas, vimos as coisas piores. O que é que aconteceu? O que é que se passou para que de facto estejamos hoje pior de que há um ano atrás, e estamos hoje seguramente pior do que estávamos em 2013, isso é um facto, não é uma questão ideológica, isso é um facto, e para já ficava por aqui, senhora Presidente. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo Leonor** da Conceição Mateus, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ia ser muito breve, três pontos. Elevar o sentido construtivo e de elevação intelectual com que estamos a conversar sobre estes assuntos, penso que é fundamental termos aqui a idoneidade que temos assistido de todas as bancadas a conversar um assunto que é importante e é de todos, a colocar questões que vão ser respondidas claramente no âmbito das respostas dos nossos convidados, só três pontos que trago aqui. ------------ O primeiro ponto tem a ver com a questão do ensino. Pergunto e deixo a pergunta aos nossos convidados, se a manifesta falta de médicos que nos é dita por todos os responsáveis, se não é tempo de se apostar no ensino da medicina e não ser uma área tabu e fechada de conversa para aumentar o número de médicos disponíveis para estar a trabalhar com os nossos cidadãos. Sabendo que existe exatamente o curso de medicina na universidade do Algarve, pergunto o que é que já está a ser feito estrategicamente para reter esses formandos na nossa região. Sabemos que iniciou-se há pouco tempo, é um mestrado integrado e, portanto, com certeza que cabe também ao CHUA e à ARS trabalhar, já atempadamente, não é depois no fim, para perceber como é que aquela gente que está aqui a estudar, pode ficar na região. Portanto, é nesse sentido que estou a falar ao nível do ensino e claramente também no ensino-investigação, ou seja, não é só atrativo para as pessoas a questão salarial, é atrativo trabalhar em boas infraestruturas, com condições dignas de desenvolverem o seu trabalho, a sua área de investigação. Portanto, tem que haver uma visão integrada, com certeza e que a há, peço que nos transmitam, para ficarmos confiantes que o investimento da universidade do Algarve ter medicina, vai também trazer

----- Depois, só dois pontos também bastante rápidos que têm a ver com a questão de pedir que seja esclarecido, ou indicar que claramente, com falta de recursos, temos que ser cada vez mais

benefícios à nossa região. ------





inovadores. Pergunto o que é que está a ser feito na área da inovação para introduzir tecnologia, introduzir melhorias e otimizações de processos, porque muito daquilo que nós assistimos de falta de qualidade de serviços, só é vencida com inovação e, portanto, também pedia esclarecimentos nessa área. Último ponto, nós estamos numa região turística, os turistas escolhem os destinos apenas e só por duas razões. Segurança e o acesso à saúde, é um desses elementos. Foi a Presidente Isilda que disse isso há uns anos atrás e, portanto, no momento que estamos a viver, o que é que está a ser feito para nós não perdermos a partir deste fator, a atratividade do destino e pelo contrário, garantirmos cada vez mais a quem nos quer visitar, que também somos um destino seguro e com acesso fácil à saúde. Disse, muito obrigado. ----------- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria** Prazeres dos Santos Varges Gomes, apenas para dizer ao Dr. Carlos Martins, que de facto, a nós políticos, e tem toda a razão, não nos compete ir para a frente das manifestações, competenos trabalhar onde podemos trabalhar e exercer a nossa influência onde o possamos fazer. É esse o nosso magistério, é essa a nossa obrigação, e há uma coisa que eu lhe posso garantir, eu tenhoo feito, obviamente que às vezes sem os resultados que eu gostaria de ter, mas garanto-lhe que o tenho feito. E mais, neste momento, tenho inclusivamente responsabilidades acrescidas, porque não sei, não têm que saber obviamente, mas tendo sido eleita Presidente de uma comissão no Comité das Regiões que é a Comissão NAT, é exatamente a comissão que tem a saúde e, portanto,

aguentar e, portanto, era isto que eu também eu só queria esclarecer obviamente, porque muita gente nos Facebook põe, «então onde é que ela está agora? Então agora não anda na frente das manifestações, agora não está a fazer manifestações»? Não, eu não faço manifestações. Eu

os profissionais de saúde, é trabalhar para que eles tenham melhores condições, porque de facto o esforço que eles fazem às vezes é um esforço tão elevado, tão elevado que de facto, é difícil

tenho a obrigação de acompanhar a saúde em Portugal e na Europa e a evolução e, portanto, estarei atenta àquilo que se passar e, portanto, tem toda a razão, foi em sentido figurativo que eu disse que iria para a frente a manifestação, mas obviamente que o que nos compete, é defender

trabalho, trabalho da forma como sei e da forma como posso, assim como eu sei que o Dr. Carlos

Martins, também o fará com certeza, também exercerá a sua magistratura de influência. ---------- Depois, naturalmente que eu só queria dizer aqui ao professor Américo, ia-lhe dizer aqui

uma coisa que vai ficar satisfeito em saber, porque de facto, às vezes nós discutimos a questão da falta de médicos e eu não me esqueço que aqui há uns anos, eu li um artigo, em que dizia que os anos 2022, 2023, 2024, já abrangia 2021, iam ser anos extremamente difíceis para a saúde, porquê? Ó senhor professor, em 1987, sabe qual foi o número de alunos que foi admitido? Cento





e noventa. Em 1989, já subiu para duzentos e quarenta, isto foram dados que me enviou a senhora Ministra da Saúde, porque lhe pedi. Quando começou a subir, foi em 2001, e foram setecentos e trinta e cinco. Ora toda a gente sabia que obviamente com este número tão limitado do acesso, eu hoje ponho-me na pele dos pais e dos jovens que tiraram notas elevadíssimas e que não entraram por causa do numerus clausus. Então, mas de quem é a responsabilidade? Alquém tem que a assumir, desculpem lá! Então andámos aqui a impedir... houve muitos pais, cujos filhos foram estudar para Espanha, foram para o Brasil, foram para Inglaterra. Então o que é isto? Então e não se pede responsabilidades? Ó senhor professor, quer dizer, ainda em 2021, tivemos mil quinhentos e setenta e nove, e se se lembram também, quando foi criada aqui a Faculdade de Medicina em Faro, foi um «bruá» por toda a parte, porque as ordens, os sindicatos, ninguém queria que fosse criado o curso de medicina. Ora, este curso de medicina na nossa universidade, vai servir sobretudo gente também da nossa região que ficará cá, portanto vai facilitar, aliás, eu conheço muitos enfermeiros e conheço muitos farmacêuticos que me atenderam durante vários anos, que neste momento estão a sair como médicos e, portanto, vão ficar certamente na região. Portanto, a gente é preciso também ponderar nestas questões e não termos medo de assumir e de dizer aquilo que se passa e aquilo que se passou, porque isto foi vergonhoso, entrarem cento e noventa, duzentos e setenta e dois, duzentos e setenta e dois, duzentos e quarenta, trezentos e sessenta e cinco, trezentos e sessenta, quatrocentos. Então, mas o que é isto? Claro que os médicos agora estão a reformar-se e não temos ninguém para os substituir, porque não se formaram, e um médico não se forma num ano, nem dois, nem três! São dez ou onze, eu não sei se são dez se são onze, mais ou menos. São doze anos. Portanto, isto não foi acautelado! Desculpem, muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, de alguma maneira, o meu pedido de intervenção, vem ao encontro do acompanhamento da reflexão que a Dra. Isilda acabava de fazer e que constava aqui, enfim, das nossas preocupações também. E uma das questões que a senhora nos colocava, era a questão de saber como é que os senhores que administram a saúde, entendem que devem funcionar os canais de comunicação formal e orgânica entre a Ordem dos Médicos, as universidades que em Portugal formam licenciados em saúde, e a notação das demandas das especificidades no setor público, ou seja, é por demais evidente que há limites para as autonomias, se é facto que as universidades deverão ter obviamente uma performatividade social que não estritamente académica e, portanto, tê-la-ão académica no primeiro plano. E isto remete para a nossa questão, quem é que não conhece à saciedade o progressivo desajuste entre a economia e a educação, ou mais exatamente, o ensino





superior. Portanto, é sobretudo nas áreas técnicas as universidades portuguesas, estão hoje muito perto do nível médio das universidades europeias, como as da Alemanha, da Holanda, de Itália, do Luxemburgo e de França e é preciso ponderar estes aspetos todos e consequentemente não lhes centrarmos de forma um tanto ou quanto autista, no nosso pequeno mundo, não é, aqui muito periférico à beira-mar plantado. Esta era uma matéria que de facto nós trazíamos e que ilustra a nossa incompreensão, do modo como nós não funcionamos com um planeamento que de alguma maneira se ajuste ou procure ajustar-se às necessidades efetivas do país. ----------- Outro aspeto que aqui gostaríamos de colocar, e de certa maneira ele acaba por ser respondido pelo Dr. Paulo Morgado e que nos deixa imensamente satisfeitos, é o que diz respeito efetivamente aos cuidados de saúde da atenção primária. De facto, nós não temos uma rede que garanta os programas preventivos, os cuidados primários, e essa rede sim deveria estar mais próxima da autarquia do que do governo central. Pensamos que os atuais centros de saúde não podem desempenhar essa missão enquanto não tiverem, ou aliás melhor dito, enquanto tiverem o horário de repartição pública do estado Central, e não dispuserem de simples kits para realização de análises principais, um equipamento básico para Raio X. Quer dizer, deixa-nos particularmente satisfeitos porquanto as linhas de política que aí traçou relativamente aos cuidados primários, parecem vir justamente ao encontro destas nossas apreensões e consequentemente, aparecerem de todo em todo como um registo significativo dessa sensibilidade política, digamos aqui políticoadministrativa, relativamente a estes espaços, que são espaços quanto a nós extremamente deficitários do ponto de vista da saúde, e que mereceriam ser objeto da otimização a todo o momento, não é? Muito obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, o vereador da Câmara Municipal Luís Manuel de Carvalho Carito, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e agradecer por lhe terem concedido dois minutos do tempo da Câmara, mas dado o tema que estão a discutir, não poderia passar sem dizer duas ou três coisas que considera que são importantes, até para colocar também algumas questões ao senhor Presidente da ARS e ao Conselho de Administração do CHUA. ----------- Foi aqui dito que há aqui um problema de um ato de formação de médicos ao longo dos anos, é verdade, isso é algo que todos conhecemos, mas também há aqui um problema que é a fuga de profissionais. Eles estão a fugir não só para o privado, como também para outros países. Nós verificamos que há aqui um problema de carreiras médicas, há aqui um problema de carreiras de enfermagem, os enfermeiros vão para outros países, os médicos vão para outros países, são mais bem pagos, basta dizer por exemplo que em França, eu recebo praticamente todas as semanas mails de empresas a convidarem-me para ir trabalhar para França, a ganhar três vezes





mais o que ganho aqui enquanto médico e, portanto, há aqui um problema que tem que ser resolvido, que é um problema de estruturação de carreiras e de incentivos aos profissionais, continua a não ser resolvido, e eu fiquei bastante triste em ver algumas declarações últimas da senhora Ministra da Saúde, porque estamos a falar não em estratégia futura, mas em medidas avulsas. Estar a dizer que um médico de família recém-licenciado vai ganhar cinco mil euros num centro de saúde, que foi isso que saiu nas notícias, num centro de saúde como por exemplo o centro de saúde de Portimão, que está numa zona deficitária, todo o ACES do Barlavento está numa zona deficitária. Portanto, não me parece que seja uma medida que vá resolver realmente os problemas da saúde.

----- Depois, queria também dizer o seguinte. Isto resolve-se com uma estratégia conjunta do governo central e das autarquias, a questão da habitação tem que passar pelas autarquias. Tem que haver aqui um programa que crie facilidades, para que as autarquias possam construir habitação, não só para médicos, mas médicos, enfermeiros, professores. Todas estas zonas que são periféricas e em que há estas dificuldades, em que o custo de vida é tão elevado e nomeadamente a habitação, nós sabemos quanto é que custa alugar uma habitação em Portimão neste momento, é óbvio que tem que haver aqui um apoio das autarquias. Eu fui coordenador de um centro de saúde em Aljezur e Vila do Bispo, as autarquias aí disponibilizavam casas aos médicos que iam para lá, inclusive durante x anos, até que pudessem depois instalar-se definitivamente, e é assim que se captam as pessoas. Habitação, melhoria das carreiras médicas. ----- Deixava agora, porque o tempo é curto, já estou quase a terminar o meu tempo, ainda não terminei, mas muito rapidamente, questões ao senhor Presidente da ARS. Nós sabemos que existem empresas que prestam serviços e eu continuo a questionar porque é que a ARS não contrata diretamente os profissionais e tem que recorrer a empresas. Eu penso que o CHUA o faz, contrata diretamente profissionais, não tem que recorrer a empresas, mas na ARS aquilo que nós estamos a verificar, é que normalmente são as empresas que fornecem. Houve uma altura em que isso aconteceu, depois deixou de acontecer, seria uma maneira de suprir algumas deficiências, não de médicos de família, mas de médicos que podem dar algum apoio. E por último só, senhora Presidente, acho que é uma questão que eu tenho que deixar, peço desculpa o tempo foge. Qual é a estratégia, que, eu ouvi aqui falar do hospital central, parece que finalmente é algo que poderá avançar, e o que é que vai acontecer aos atuais hospitais, como é que vão ser integrados, hospital central como polos, ou a criação de unidades locais de saúde e depois uma articulação com o hospital central. Gostaria que me informassem disso e em termos do investimento dos últimos





dois anos, foi feito e foi aqui referido, qual foi o investimento no polo de Faro e no polo de Portimão, mais ou menos para ter uma ideia? Obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, para dizer que está espantada com o que ouviu. A mim não me cabe defender sindicatos, nem ordens dos médicos, fico espantada! Está aqui um médico. Agora, o que falta são falta de especialistas, que nada tem a ver com as faculdades. Tem a ver com a formação que é em meio hospitalar, e no fundo de quem depende, é do governo que cria as vagas. Nós temos dez milhões de habitantes, senhora Presidente, dez milhões de habitantes, temos sete universidades e temos duas nos Açores e na Madeira, que vêm terminar os cursos no Continente e depois temos um mestrado integrado, que é a universidade do Algarve, que não é um curso de medicina. Portanto, o que falta aqui é especialistas, não é falta de médicos. ----------- Pediu o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande José Vitorino Silva Nunes, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria transmitir, deixar aqui a sua preocupação em relação à Mexilhoeira, já foi falado aqui na Mexilhoeira, e o facto é que este calvário começou em 2019. Desde aí falei com a Dra. Leonor Bota, que me recebeu, falámos sobre o assunto, porque começou a faltar um médico lá e ela recebeu-me, e a situação foi colmatada. E o facto é que, assim que tivemos uma médica que deixou saudades a todo o povo da Mexilhoeira, e essa médica acabou por se ir embora infelizmente, felizmente para o povo de Ferragudo que ela foi colocada ali portanto, e, neste momento a situação é esta, e era nesse sentido que eu gostava de deixar aqui a minha preocupação e a vossa sensibilidade, para que a freguesia da Mexilhoeira, a freguesia mais rural, com muita gente idosa, que portanto conseguisse haver aqui uma atenção especial da vossa parte, para que este assunto fosse colmatado. ----------- Também foi falado aqui em relação à unidade móvel. De facto, a unidade móvel foi muito boa, e se calhar a freguesia que usufruiu mais dela foi a Mexilhoeira Grande. Infelizmente chegou o Covid e tivemos que parar com isso, mas de facto foi uma mais-valia. Disse, senhora Presidente. ----- Ficou com o uso da palavra a Presidente do CHUA **Ana Filipa Martins Ferreira Varges Gomes**, bom, tentando pegar aqui um bocadinho nas respostas, dar as respostas a algumas questões que nos foram colocadas, e esclarecendo algumas das situações que nos foram postas, peço desculpa, mas há algumas coisas que não correspondem à verdade e, portanto, eu tenho que repor essa verdade aqui, só para toda a gente ficar esclarecida e estamos no mesmo patamar. ----- O senhor deputado João Caetano, falou que a resposta piorou, e falou que o Serviço de Urgência tinha sete horas para os doentes laranja, devo aqui repor a verdade e dizer que no pior





financiamento para ela, que estamos a aguardar, porque como sabem, não é só connosco, não há prazos de entrega de viaturas, nomeadamente nós temos adotada uma política verde, portanto são viaturas elétricas e, portanto, não temos tido. Por outro lado, as viaturas que nos têm sido

cedidas pelas autarquias para fazer este projeto do CHUA Mais Proximidade, também dão apoio à

Hospitalização Domiciliária e, portanto, só repor aqui estas situações, que acho que são importantes para nós falarmos.

----- Em relação àquilo que é o acesso, também se falou aqui, várias pessoas falaram na questão dos aumentos do tempo de espera, a realidade e aquilo que vos posso dizer em relação a isso, é que a nossa resposta aumentou quase vinte por cento em relação a anos anteriores. A questão também, é que este ano nós tivemos um aumento de necessidades muito superior àquilo que foram o objetivo comum e que se prende precisamente com isso, com as pessoas durante a época do Covid não procuraram os serviços de saúde, algumas porque não estavam disponíveis, outros também, porque as pessoas teriam muito medo, na altura quando eram referenciadas, as pessoas também não apareciam, pelo medo que tinham da situação do Covid e, portanto, foram chamadas mais do que uma vez e, portanto, houve necessidades que no fundo quase que duplicaram no mesmo ano, o que quer dizer que mesmo aumentando vinte por cento da resposta, esta resposta obviamente que é insuficiente. Mas dar-vos nota que, do ponto de vista de aumento do número de consultas e de cirurgias, nós aumentámos no total vinte por cento em cada uma dessas áreas, diminuindo também o número de cirurgias que mandámos para fora da instituição, porque criámos um sistema de incentivos para os nossos próprios profissionais, porque achamos que isso é uma estratégia que os pode fixar, que é incentivar os nossos e eles terem, no fundo recebem mais do que se estivessem a fazer essas cirurgias na privada portanto, e, estão a fazê-las dentro de casa, que é o que nos interessa, é fixar os nossos profissionais, e nós conseguimos com isso, reduzir em termos absolutos a lista de espera, sobretudo a lista de espera que estava já com doentes à espera há mais tempo nalgumas áreas importantes, nomeadamente no que diz respeito à Ortopedia e à Cirurgia Geral. Obviamente temos um caminho para fazer, até porque as listas de espera eram listas de espera que estavam já de há muito tempo acumuladas e, portanto, não foi,





----- Dar-vos nota também, e que era notícia muitas vezes, a falta de ortopedistas. Portanto, quando eu aqui cheguei pelo menos à região, era quase motivo que toda a gente infelizmente falava, era «cuidado não te aleijes, porque não há Ortopedia em Portimão». Não sei se repararam que nos últimos anos, as escalas de Ortopedia têm vindo a estar completas todos os dias, quer em Faro, quer em Portimão, e assim irão continuar até ao final de setembro, posso-vos dar garantia.

----- Dizer-vos também aqui, e tentando pôr aqui algumas coisas, nós aquilo que temos feito é, no fundo a preocupação não é só com os médicos, fala-se muito dos médicos, dos médicos, mas a nossa preocupação é com todos os profissionais, e sim dar-vos nota que já reunimos com o senhor reitor umas quantas vezes e com o diretor da Escola de Saúde, para quê. Para aumentarmos as vagas dos enfermeiros, e para isso temos obviamente trabalhado com as autarquias, nomeadamente a autarquia de Portimão já se ofereceu como parceiro, para podermos aumentar o número de vagas de enfermeiros, para quê. Porque se eles se formarem cá,





----- Dar-vos nota que para a questão da atratividade, nós temos trabalhado e acreditamos que o facto de inovarmos, o facto de termos equipamentos mais recentes, vai atrair profissionais, e o que é certo é que desde o momento que nós investimos no angiógrafo, desculpem-me dar-vos este exemplo, mas para perceberem a dimensão, desde que investimos no angiógrafo, nós conseguimos captar cirurgiões vasculares, temos mais radiologistas de intervenção que se têm oferecido para vir trabalhar no CHUA, portanto isto é uma mais valia, temos tido outros profissionais que se têm estado a juntar àquilo que são os nossos médicos, todos os anos temos admitido pelo menos mais dois ginecologistas em cada um dos concursos, especialistas e pediatras e, portanto, não é suficiente. Obviamente dizem-me, dois por ano não são suficientes. Claro que não, claro que não, mas esta capacidade que nós temos de os fixar, tem a ver com os equipamentos, com a modernização daquilo que isso faz, e obviamente com o investimento em investigação, isso nós estamos a fazê-lo. Estamos a fazê-lo, porque apostamos num departamento de formação e investigação completamente diferente, aumentámos. Neste momento temos dois monitores de ensaios clínicos só dedicados a isso, porque acreditamos que este é o caminho, o caminho da investigação e, portanto, é uma área que nós temos apostado muito e temos posto aqui também muito ênfase. ------

----- Dizer-vos outra questão, para responder ali à senhora deputada, que eu penso que não estará muito atualizada, ou pelo menos não tem acompanhado as notícias. O Centro Hospitalar e Universitário do Algarve não tem serviço de Radioterapia. O centro hospitalar tem uma licença que foi concedida ao privado, ok? Numa parceria com a Associação Oncológica do Algarve. O





centro hospitalar não é inovador, é uma obrigação da contratualização pública. Dado que nós gastamos cinco milhões de euros em serviços de Radioterapia, é uma obrigação legal abrir um concurso público internacional, dado que os preços que foram apresentados pelos candidatos que vieram a concurso e isso são os candidatos que aparecem, foram semelhantes. Aquilo que nós iríamos decidir, era pela proximidade obviamente e, portanto, essa é a nossa decisão sempre, é proteger os doentes.

----- Em relação aos doentes saírem da região, pois por causa disso é que nós nos candidatámos a fazer um centro oncológico do Sul, onde queremos o tratamento todo dos doentes e o diagnóstico. Isto fala-se, não é só dos exames normais, das Taques, das Ressonâncias, mas estamos a falar da Medicina Nuclear, estamos a falar da Radioterapia, da Radioterapia Intraoperatória, da Radio cirurgia, isto tudo dentro do mesmo centro, e mais, este centro tem previsto uma área de investigação, onde a universidade se pode juntar a nós e, portanto, todas estas soluções e este financiamento que nos permitiria construir este centro oncológico em dois anos, porque é o prazo de execução dele, porque são financiamentos com um prazo a cumprir, e nós quando nos candidatámos a este financiamento, foi precisamente para aumentar a resposta na região, porque a nossa estratégia é, haver na região para tratar os nossos e nós não queremos tirar ninguém daqui, nós queremos tratar toda a gente aqui. Exemplo disso, é precisamente a Angiografia que iam fazer a Lisboa e neste momento já se faz no Algarve, portanto a nossa estratégia não é pôr doentes a sair daqui para fora, é o contrário, é quanto mais coisas que a gente tiver cá, tanto melhor. E por último, e provavelmente posso-me ter esquecido aqui de algumas coisas, mas como o tempo também é limitado, dar-vos aqui assim mais algumas notas.

----- Em relação às nossas estratégias, em relação ao hospital após o Hospital Central do Algarve, o último inscrito perguntou-nos esta questão, obviamente nós temos o nosso pensamento, mas a estratégia não é nossa, a estratégia será do Ministério da Saúde, como saberá. Portanto, nós





daremos as nossas indicações quando nos forem pedidas para isso. Portanto, acho que os hospitais todos são necessários para a oferta na região, temos população que assim já o exige, obviamente que as áreas de diferenciação terão que ser diferentes obviamente, até pela questão dos recursos, como já sabemos e, portanto, o facto de investirmos nos hospitais que temos neste momento, quer Faro, quer Portimão, quer Lagos, que vai ter um hospital novo, o facto de investirmos aí, tem a ver precisamente com o facto de estarmos a preparar os recursos humanos e captar os recursos humanos para podermos quando tivermos o hospital central, não termos só paredes, termos paredes e termos equipas, não é, obviamente, e este é o trabalho que se tem feito.

----- Em relação a podermos captar mais médicos e podermos trabalhar em conjunto, nós temos falado das casas, que já aqui foi referido, mas também falámos de uma outra situação que estivemos a tentar trabalhar em conjunto e infelizmente não conseguimos levar para a frente, que foi uma candidatura, podermos ter uma creche para os filhos dos funcionários do hospital aqui em Portimão. Não foi possível levar para a frente, nós tentámos uma candidatura ao PRR, mas tínhamos uma limitação, nós não temos nenhum, não temos quadros, obviamente os quadros que temos da educação são reduzidos, são os nossos educadores que estão na Pediatria, não é? Portanto, nós não temos essa valência, teríamos que nos associar a uma IPSS, e infelizmente não tivemos nenhuma IPSS disponível para se associar connosco em tempo útil, para podermos apresentar uma candidatura.

----- A questão aqui tinha a ver com termos uma creche que não fechasse obrigatoriamente em agosto, porque os nossos funcionários em agosto é quando nós precisamos deles também, porque temos mais gente, portanto logo precisamos de funcionários, e que tivesse aqui uma outra vertente, uma vertente que neste momento não está disponível e que achamos que faz toda a diferença, que é, as pessoas que vêm para o Algarve, muitas vezes não têm cá família e precisam de ter uma oferta para os filhos poderem ficar quando eles fazem noites, porque há os profissionais que trabalham em turnos. Portanto, se eu não tiver esta oferta, eu não consigo fixar profissionais. Agora, isto só se consegue numa coisa dentro do hospital, porquê. Porque o funcionário no seu horário de pausa, pode ir ver como é que está o filho, e o filho está na proximidade, e foi esta a nossa perspetiva quando tentámos esta candidatura ao PRR. Infelizmente não foi possível, por isto que vos expliquei aqui, não tivemos a parceria disponível para concorrer connosco neste financiamento, mas não desistimos deste objetivo e achamos que de uma forma ou de outra, havemos de consequir chegar a um entendimento para consequir criar esta situação. ---------





----- Outra das situações graves que nos limita muito, é a falta de resposta social, falta de resposta dos cuidados continuados, falta de resposta dos lares. Nós temos cerca de setenta utentes neste momento em todo o CHUA que estão internados, alguns há mais de quatrocentos dias, sem situação social resolvida e que nos ocupam camas que nós não podemos disponibilizar para tratar outros doentes e, portanto, esta resposta social também é emergente para podermos ter uma melhor resposta nos cuidados de saúde. Portanto, uma coisa não está dissociada da outra e, portanto, eu penso que terei respondido mais ou menos, se me esqueci de alguma situação, peço-vos desculpa, não foi por desconsideração, mas porque foram muitas e eu tentei responder mais ou menos a todas de uma forma geral. ---------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria só agradecer a intervenção da senhora Presidente do CHUA. Dizer que nós o que combinámos na conferência de líderes, portanto seria agora um tempo que seria na ordem dos quinze e vinte minutos, uma vez que estamos por volta das vinte e três e trinta e, portanto, depois encerraria uma pequena intervenção da senhora Presidente de Câmara. Eu não sei se estava desatenta ou não, mas penso que a pergunta da inovação não foi respondida. Foi respondida? Então pronto, peço desculpa. ---------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente do Conselho Diretivo da ARS do Algarve Paulo Morgado, respondendo de uma forma genérica a algumas questões que foram colocadas pelos senhores deputados. Concretamente e indo diretamente ao assunto, em relação ao centro de saúde da Mexilhoeira Grande, que é um centro de saúde que eu por acaso até conheço bem que já lá trabalhei durante alguns anos, portanto o centro de saúde da Mexilhoeira Grande, tem neste momento mil quatrocentos e trinta doentes que não têm médico de família, porque a médica que lá estava quis sair. Tem sido difícil substituí-la, encontrar um substituto. No entanto, neste concurso, nós temos uma vaga especificamente para o CSB de Portimão, e que será para a Mexilhoeira. ---------- Disse e bem, senhor Presidente da Junta, que a unidade de saúde móvel quando funcionou portanto, e, ela parou por causa da pandemia e das questões relacionadas com a alocação de profissionais ao processo de vacinação que decorreu e ainda está a decorrer, portanto fez com que a unidade de saúde móvel não pudesse funcionar, mas a nossa expetativa é que ela ainda durante este mês possa retomar o seu funcionamento e obviamente cumprir a função para a qual foi adquirida, digamos numa candidatura conjunta de todos os municípios, de dez municípios do Algarve, e em que o município de Portimão também se candidatou, e em conjunto com a ARS, portanto houve esta aquisição destas unidades móveis que tão importantes são sobretudo nas





zonas mais rurais e podermos levar digamos os nossos técnicos, os nossos profissionais mais próximo das pessoas. Essa é de facto a utilidade principal destas unidades.

----- Queria transmitir um pouco que esta questão que a senhora Presidente da Câmara de Portimão falou e falou com toda a propriedade sobre o processo da descentralização, porque o município de Portimão foi pioneiro, foi dos primeiros municípios na região que aderiu a este processo de descentralização, a experiência que temos do lado da ARS, também no aspeto financeiro, e na última reunião tivemos a ver de facto o deve e o haver, o quanto é que pagamos, quanto é que a Câmara paga portanto, e, se de facto há diferenças, e chegámos à conclusão que as contas estão equilibradas, portanto do ponto de vista do deve e do haver, o município não ficou a perder com aquilo que é a transferência de competências e neste momento, há um benefício muito importante, objetivo, portanto há uma proximidade muito grande entre o ACES e a Câmara Municipal, e aquilo que é também os serviços da Câmara Municipal e a forma como eles resolvem aqueles pequenos problemas do dia-a-dia no funcionamento das nossas unidades, tem sido muito positivo. Portanto, temos esse reporte do ponto de vista das nossas unidades, que sempre que há alguma necessidade de intervenção, do ponto de vista de manutenção, de equipamentos, de infraestruturas, portanto a Câmara reage rapidamente e de facto os serviços estão satisfeitos com esta prestação. Tem sido ótimo do nosso ponto de vista, a transferência de competências, e aquilo que os nossos profissionais nos dizem, é exatamente isto. Quer dizer, isto traduz-se obviamente em melhores condições para os utentes, melhores condições para os nossos profissionais, portanto, e, se nós tivermos utentes satisfeitos e profissionais satisfeitos, obviamente que também a sua produtividade também é melhor e os serviços funcionam melhor. Portanto, quem beneficia no fundo, são os utentes desta transferência de competências, porque é para eles que todos nós trabalhamos e, portanto, do ponto de vista da ARS, e sabemos agora, foi transmitido, mas também já sabíamos, do ponto de vista da Câmara Municipal, portanto não há neste momento razões de queixa nem de uma parte nem de outra. Portanto, o processo está a correr

----- A questão das necessidades de médicos e de outros profissionais, e das questões que aqui foram faladas, que têm a ver no fundo com os modelos retributivos que têm na função pública e no SNS, e que é no fundo um bocadinho penso eu a raiz da situação que estamos a viver e daquilo que está a acontecer no SNS. Foi aqui falado, e de facto é verdade, estamos a sofrer hoje as consequências de políticas de há umas dezena de anos, em que se cortou o acesso aos cursos de medicina de uma forma drástica e abrupta, houve uma quebra muito significativa no acesso aos cursos de medicina e isso hoje está a ter consequências e vai ter nos próximos anos, ou seja,



estamos no chamado como alguém já disse, o inverno demográfico na área da saúde, em que há



um conjunto de profissionais que estão a reformar-se, que já se reformaram no último ano, que estão a reformar-se este ano e que se vão reformar nos próximos anos e que obviamente nos colocam desde logo também problemas na formação dos novos médicos que nós temos para formar. Portanto, esta situação não é uma situação fácil, é um problema estrutural como toda a gente já disse, não é uma situação de fácil resolução para qualquer governo, é a consequência de um conjunto de políticas que se acumularam num conjunto de anos para trás e que agora estamos a ver as consequências. É claro que vamos encontrar formas de resolver isto, e uma das formas que está de facto em cima da mesa, é no que diz respeito aos modelos retributivos dos profissionais. Desde logo a dedicação plena que está prevista no orçamento de estado para 2022 e que vai ser prevista e, portanto, está prevista também no estatuto do Serviço Nacional de Saúde, e que vai permitir contratualizar com os profissionais, perante um aumento de vencimento, uma determinada produção. Portanto, isto poderá digamos se aplicado adequadamente, e eu penso que as instituições hospitalares assim o farão, poderá aumentar a atratividade dos profissionais em um conjunto de especialidades que neste momento são atraídos pelos ordenados e por aquilo que o setor privado e não só, oferece. O setor privado tem uma muito maior flexibilidade do ponto de vista da capacidade que tem para oferecer determinado vencimento. Na área pública do SNS, estamos sempre limitados, não podemos pagar diferente em Faro do que em Portimão, não podemos pagar em Faro um ordenado que em Braga não é possível pagar. Portanto, nós temos e seguimos um conjunto de normas que têm que ser iguais em todo o SNS, não podemos de facto cada um construir as suas próprias normas ao sabor dos interesses em cada local. ----------- Dito isto, as administrações hospitalares têm já na sua posse a flexibilidade para contratar médicos, não apenas em prestação de serviço e o Conselho de Administração, tem essa capacidade e tem usado dessa faculdade, de contratar sempre que existem médicos disponíveis, e neste aspeto todos podemos ajudar, todos podemos ajudar, se alguém conhecer um pediatra que queira vir trabalhar para Portimão, faça favor de nos dar o contacto, que o hospital de Portimão e o CHUA vai contratar. Portanto, não há nenhuma limitação do ponto de vista digamos legal, de alguma regra que seja imposta ao Conselho de Administração, para que o impeça de contratar pediatras. Este problema, é um problema já antigo, como as pessoas de Portimão se calhar sabem, quem vive aqui há muitos anos sabe, e já dura há décadas, já dura há décadas, este problema da pediatria em Portimão não é um problema novo. É claro que neste momento também já temos um problema de pediatria em Faro, não é, e há problemas de pediatria noutros hospitais do país. Porquê, porque a formação de pediatras não tem acompanhado aquilo que são





as necessidades que o sistema de saúde tem cada vez mais, portanto, e, de facto, nalgumas especialidades nós temos falta de médicos, ponto final parágrafo, não há qualquer dúvida em relação a isto. É preciso também dizer, e ouvi aqui dizer que o curso de medicina do Algarve, não é um curso de medicina, que é um mestrado integrado. Não é verdade, o curso de medicina da universidade do Algarve, é de facto um mestrado integrado em medicina, aliás como os outros todos são, o problema, a questão, a diferença que existe para o curso do Algarve, é que quem entra para o curso do Algarve já tem uma licenciatura quando entra, portanto, faz quatro anos de curso, mas depois sai com mestrado integrado, tal como nos outros cursos todos. E dizer o seguinte. As autarquias de todo o Algarve, fizeram um acordo e vão financiar o aumento do número de vagas da universidade do Algarve para o curso de medicina Passámos das atuais quarenta e oito para sessenta e quatro, em 2025 2026, para noventa e seis vagas na universidade do Algarve, e isto foi um aspeto muito positivo, porquê. Nós conseguimos reter a maior parte dos médicos que formamos na universidade do Algarve, primeiro porque eles são do Algarve, uma parte deles, não são todos, mas uma parte significativa são de facto do Algarve e vão continuar no Algarve quando acabam o curso, e muitos fazem cá a especialidade no Algarve. Não conseguimos reter todos, mas retemos uma parte muito significativa daqueles médicos que se formam no Algarve, e sem dúvida decisão estratégica, decisão estratégica para a saúde do Algarve, foi criar o curso de medicina na universidade do Algarve. Isso sim, isso está a ter e vai continuar a ter nos próximos anos um impacto muito positivo na fixação de médicos do Algarve. É claro que há outras questões na fixação de médicos. Desde logo aqui foi falado da questão da habitação, mas já também não é a única, não é? Portanto, essa questão não é a única que tem a ver com isso. ------

----- Dizer que de facto, as questões das carreiras, as questões dos incentivos, ainda também voltando ao orçamento de estado. No orçamento de estado, está previsto um incentivo extraordinário para os médicos de medicina geral e familiar, que pensamos que vai ser importante para que muitos escolham as zonas mais carenciadas, um incentivo de sessenta por cento do vencimento base, que nalguns casos pode acrescer aos quarenta por cento que alguns médicos já podem ter, ou seja, um médico pode ao escolher, ter um vencimento que é o dobro daquele que é o vencimento base que teria normalmente quando entrasse na carreira. Portanto, um esforço muito significativo que o estado está a fazer, no sentido de fixar médicos nas zonas mais carenciadas e nas zonas que têm uma cobertura de médico de família inferior à média nacional.

----- Dizer-vos que nós vamos contratar, respondendo diretamente ao Dr. Luís Carito, médicos, também porque temos essa possibilidade que nos foi aberta agora pelo orçamento de estado





2022, contratar médicos em contrato de facto individual de trabalho e alguns até já nos começaram a contactar assim que perceberam que havia esta possibilidade aberta pelo orçamento de estado. ----------- Finalmente, em relação ao hospital central, o Hospital Central do Algarve, também tem um artigo no orçamento de estado de 2022, o governo está obrigado a encontrar e vai encontrar tenho a certeza, uma solução para sairmos deste imbróglio, chamemos assim jurídico, em que estamos com um concurso que como se costuma dizer, nem ata nem desata e, portanto, e que é preciso de facto resolver, ou avançamos no modelo que está, ou avançamos num outro modelo. O hospital central está previsto e está estudado para ser um hospital de substituição do hospital de Faro, portanto toda a restante estrutura se mantém em funcionamento, quer o hospital de Portimão, quer o hospital de Lagos, quer o CMR Sul, toda a restante estrutura se manterá em funcionamento e será a construção de uma nova infraestrutura com características muito interessantes, até está previsto um infantário. Portanto, é de facto um hospital que a região precisa, merece e eu penso que todos os algarvios têm que fazer força e continuar a fazer força para que ele seja uma realidade nos próximos anos. Muito obrigado. ----------- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal de Portimão **Isilda** Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes, para dizer que não é uma intervenção senhora Presidente, é só uma informação, porque a intervenção foi terminada por eles, não é? Mas gueria só deixar aqui uma informação que eu acho que os vai deixar satisfeitos, que é assim, nós vamos construir duzentos e vinte e quatro apartamentos a custos controlados, duzentos obviamente já têm candidatos, são para ser vendidos a custos controlados, e a Câmara fica com direito a vinte e quatro. Estes vinte e quatro, nós iremos fazer um regulamento e ficarão exatamente para médicos, professores e eventualmente também forças de segurança. Médicos e enfermeiros, obviamente e forças de segurança. Portanto, vinte e quatro apartamentos que pensamos que daqui a dois anos estarão construídos, e por outro lado, estamos a fazer um concurso para a aquisição de quatro viaturas, uma para o hospital, outra para a ARS, outra para a PSP e outra para a GNR. Disse, muito obrigada. ----------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez** Guerreiro, para dizer que queria pedir desculpa aos senhores deputados municipais, porque devido à sua ausência ainda agora, não foi clarificado. O que foi combinado na conferência de líderes, seria o seguinte. Haveria um primeiro período de intervenção dos nossos convidados, do CHUA e da ARS, haveria depois a discussão regimental digamos assim entre os partidos, com a intervenção do executivo, cerca de cento e vinte e cinco minutos, que não foi utilizada, e depois





não havendo inscrições, haveria uma ronda final que desse oportunidade para que os nossos convidados, as duas instituições que aqui estão presentes, encerrassem, portanto com as respostas às questões que foram colocadas. Portanto, eu terminaria agora. ----- Interveio o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para pedir licença para fazer um ponto de ordem à mesa. Ó senhora Presidente, era só para corrigir aquilo que acabou de dizer. Aquilo que foi consensualizado em conferência de representantes, foi que era realmente uma grelha de cento e vinte e cinco minutos, haveria as intervenções iniciais que tivemos, dez minutos para a ARS e dez minutos para o CHUA, enfim, eu não estive a contabilizar, e depois haviam trinta e cinco minutos para as entidades aqui convidadas responderem às questões. Ora, os trinta e cinco minutos não foram esgotados, creio eu nas duas intervenções que tivemos aqui com respostas, e mais importante que isso, há inscrições na mesa já há algum tempo, e há bancadas que ainda têm tempo, enfim, e há aqui questões que foram suscitadas inevitavelmente pelas respostas que foram dadas, quer pela ARS, quer pelo CHUA e, portanto, eu parece-me que se a intensão de todos, e penso que foi esse o espírito que levou à marcação da Assembleia, é esclarecer e debater as questões relativas à saúde, havendo ainda tempo para duas ou três bancadas intervirem, se assim o entenderem e havendo ainda questões e inscrições, enfim, os trinta e cinco minutos para as respostas também não foram gastos manifestamente e, portanto, penso que poderíamos prolongar mais um bocadinho a Assembleia, para que se cumprisse aqui pelo menos o respetivo tempo que ainda há disponível. ------

Guerreiro, para dizer que compreende a intervenção do senhor deputado. Há pouco quando eu saí sabe a interpelação que me fez na altura, no sentido de quando estávamos lá fora, dar a palavra às nossas entidades convidadas, efetivamente não havendo mais inscrições, para que terminasse a ronda final. Neste momento, entendo que obviamente há tempo ainda de várias bancadas, mas a partir do momento em que fizemos a ronda final para a intervenção, não haverá mais ronda de perguntas, quem tinha que intervir teve o seu tempo, a senhora deputada Marta Caetano, teve no início, até prescindiu de usar da palavra, eu agora vou terminar, permitam-me que termine. Eu não vou dar a palavra, vamos terminar da forma honrosa como estivemos até agora, vamos terminar. Se os nossos convidados não esgotaram os trinta e cinco minutos foi porque não o entenderam. No início, houve um tempo de intervenção que seria estimado de dez minutos. Tendo em conta a intervenção da senhora Presidente do Conselho de Administração, sempre com dados novos que se alongou um pouco mais, eu entendi que o fundamento desta





Assembleia Extraordinária, era ouvir a senhora Presidente do CHUA, o seu Conselho de Administração e o senhor Presidente da ARS. Não podia cortar-lhe a palavra se eles vieram cá para falar e, portanto, alongando-se os dez minutos iniciais para cerca de vinte minutos, e o senhor Presidente da ARS dos dez minutos iniciais para quinze minutos, os trinta e cinco minutos foram cobertos aí e, portanto, eu não vou fazer uma análise matemática. Eu vou terminar, dizendo que eu queria agradecer, eu quero agradecer. ----------- Interveio o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que está a questionar a mesa se dá licença que faça um ponto de ordem à mesa. ----------- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que iá fez. ----------- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não, não fez. É que a senhora não me está a responder àquilo que eu perguntei! Ó senhora Presidente, eu quero que responda muito sinceramente e diretamente ao que eu perguntei. Há bancadas que ainda têm tempo, nós temos dois minutos e cinquenta e cinco segundos, não prescindimos desse tempo, e há aqui questões que decorrem diretamente às respostas que foram dadas. ----------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal Isabel Andrez **Guerreiro**, para dizer que haverá todas as questões, serão questões para outra Assembleia Extraordinária. Eu vou cumprir a minha palavra com aquilo que foi assumido por mim com os nossos convidados! Eu disse-lhe que haveria um tempo inicial de intervenção, que fariam a intervenção que entendessem obviamente, e da forma que o entendessem. E disse que haveria um período de discussão e expliquei isso no início, haveria um período de discussão de cento e vinte e cinco minutos que está no regimento, e depois daria a palavra aos nossos convidados para encerrar. Perante a senhora Presidente que pediu um minuto para dar um esclarecimento, é a Presidente do município de Portimão, entendi dar-lhe esse minuto e dei-lhe, que me pediu. Não vou abrir outra discussão agora para todos os partidos, com o tempo, houve tempo para digamos assim esgotar o tempo. Não foi esgotado, paciência! Vamos encerrar os trabalhos, vamos agradecer a amabilidade e a presença, porque são quadros importantíssimos e todos nós temos trabalho amanhã, eu tenho trabalho tenho que estar em Lisboa, estes senhores precisam de nós num hospital com muita saúde e com muita... a nossa Presidente de Câmara e o executivo precisa também amanhã de estar no batente na Câmara Municipal de Portimão. Vamos encerrar os trabalhos. Eu queria agradecer as intervenções, as informações que foram dadas, é óbvio que não





levamos daqui a questão da saúde resolvida, precisamos de uma política de melhoria, o governo está a trabalhar nisso, precisamos do Hospital Central do Algarve, ele está estabelecido em Diário da República, até ao final do terceiro trimestre, portanto até setembro, teremos uma resposta do governo relativamente a esta matéria, e queria saudar duas ou três questões. Uma delas, apenas e só a questão de termos Cirurgia Cardiotorácica no Algarve, que eu não sabia e que é essencial para todos nós que aqui estamos. Se tivermos um acidente cardiovascular, se precisarmos de uma Cirurgia Cardiotorácica, não podemos sequer ser evacuados de helicóptero para Lisboa, porque isso não permite e, portanto, nós termos aquilo que foi algumas informações que foram dadas aqui, são nucleares para a nossa saúde e para aquilo que foi dito da atratividade enquanto destino turístico e enquanto a segurança que nós temos na região do Algarve e, portanto, houve aqui três ou quatro notícias que foram dadas e que são importantíssimas, a questão dos centros de saúde, das unidades de saúde familiar poderem ser dotadas de meios de diagnóstico para retirarem a pressão de cima dos hospitais. A questão dos cuidados continuados integrados serem alargados para nós não termos tantos idosos, como foi referido, setenta camas utilizadas no hospital e podermos tirar essa pressão do centro hospitalar e podermos ter disponibilidade para que as especialidades atuem na sua área hospitalar e, portanto, queria agradecer tudo aquilo que foi referido, os nossos convidados, sei que haverá outras questões, todos nós temos muitas questões. A saúde é a seguir à vida, é a saúde que nos move e, portanto, não podendo resolver o direito à vida, nós podemos resolver o direito à saúde. Agradeço a todos a vossa presença, a vossa colaboração, todas as intervenções que fizeram, a forma elevada como esta Assembleia decorreu e certamente continuaremos a fazer outras assembleias, a discutir os assuntos que nos preocupam no nosso município. Obrigada a todos.----------Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram zero horas, a Presidente da Assembleia Municipal Isabel Andrez Guerreiro deu por concluída a 3ª Sessão Extraordinária de dois mil e vinte e dois, realizada no dia quatro de julho, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.----------De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. ------





E eu, Telma Maria Nunes Matias	Assistente Técnica, a presta
serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a ela	borei e assino, bem como os elementos
componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimã	ío:
A Presidente da Mesa da Assem	bleia Municipal
(Isabel Andrez Guerre	iro)
1º Secretário da Mesa da Assem	bleia Municipal
(Carlos Alberto Garrinho Gong	calves Café)
2º Secretária da Mesa da Ass	embleia Municipal
(Sheila Gassin Tomé,)